



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA

GISELA MARTINS DE CARVALHO FRAGA

ATIVIDADES TURÍSTICAS EM PARQUES URBANOS DE SALVADOR:
o caso do funcionamento e gestão do parque Joventino Silva

SALVADOR

2010

GISELA MARTINS DE CARVALHO FRAGA

ATIVIDADES TURÍSTICAS EM PARQUES URBANOS DE SALVADOR:
o caso do funcionamento e gestão do parque Joventino Silva

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Departamento de Ciências Humanas da UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Medina Velasco

SALVADOR

2010

GISELA MARTINS DE CARVALHO FRAGA

ATIVIDADES TURÍSTICAS EM PARQUES URBANOS DE SALVADOR:
o caso do funcionamento e gestão do parque Joventino Silva

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Departamento de Ciências Humanas da UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Medina Velasco

Aprovada em 16 de março de 2010

Prof. Dr^a. Miriam Medina Velasco
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas

Prof. Sandra Regina Corrêa Guaré
Mestre em Sociologia

Prof. Cássio Marcelo Silva Castro
Mestre em Engenharia Ambiental Urbana

SALVADOR

2010

*Dedico este trabalho à minha família, meu namorado,
meus amigos e meus colegas de classe e de profissão
por terem feito parte de toda minha trajetória.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, pela dádiva da vida e por me manter forte ao longo dessa caminhada.

Aos meus pais pelo apoio constante e amor incondicional. Ao meu namorado pelos “puxões” de orelha, palavras de incentivo e coragem fundamentais na minha jornada. E ao meu irmão por ter dado seu sangue me ajudando na construção desse trabalho.

Aos meus amigos, agradeço pelo apoio, incentivo e pela paciência nos momentos mais difíceis, pela compreensão por meu ausentar e por agüentarem minhas crises de mau humor e desânimo.

Àqueles que, assim como eu, viveram todas as angústias, desesperos, sonhos e perseverança, meus colegas de profissão, agradeço pelo companheirismo.

Agradeço a Sra. Vânia Silva, subgerente do Parque Joventino Silva, e ao Capitão Brandão da COPPA, por terem me recebido com toda atenção e disponibilidade em me ajudar no que fosse necessário.

E claro, aos Mestres que me ajudaram a chegar até aqui, em especial Professora Ariadna Bandeira por ter lutado sempre pela nossa turma e a Professora Miriam Velasco, pela disposição, entrega, por ter acreditado em mim e no meu trabalho, a sua ajuda foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

“... cidade e campo devem estar casados,
e dessa feliz união nascerá uma nova esperança,
uma nova vida, uma nova civilização”

(Ebenezer Howard)

RESUMO

O mundo está sempre em movimento, os balanços da economia, ora positivo ora negativo, são responsáveis por constantes transformações em todos os âmbitos de uma sociedade. A configuração das cidades e a forma como sua dinâmica acontece representam, hoje, as maiores mudanças desse cenário, principalmente nos espaços públicos, que ao longo do tempo e do desenvolvimento/crescimento da economia, receberam novas funções – como a prática de atividades voltadas para o lazer da população. O turismo também tenta se apropriar desses espaços públicos para a realização de suas atividades, especialmente os parques urbanos por possuírem áreas verdes que abarcam o caráter apelativo voltado para a consciência ambiental, cada vez mais presente no cenário atual. Este trabalho tem o objetivo de estudar o funcionamento e a gestão do Parque Joventino Silva – Parque da Cidade – em Salvador, Bahia em relação às atividades de lazer e de turismo na atual administração a fim de conhecer sua infra-estrutura e seus equipamentos e o grau de conservação desses elementos para uso dos freqüentadores. Com isso, será possível apontar quais fatores influenciam, ou não, na utilização do parque por moradores da cidade e por turistas possibilitando a criação de projetos e medidas que revitalizem o parque e o coloquem como opção de lazer segura para moradores e turistas.

Palavras-chave: Espaço público. Parque urbano. Parque Joventino Silva.

ABSTRACT

The world is always shaking, the balance of the economy, sometimes positive sometimes negative, are responsible for constant changes in all around the society. The design of the cities and the way as its dynamic happens represents, nowadays, the biggest changes this scenario, especially in public spaces, which over time and development / growth of the economy, were given new functions - such as practice-oriented activities leisure of the population. Tourism is also trying to take ownership of these public spaces to conduct their activities, especially urban parks because they have green areas covering the character appealing focused on environmental awareness, increasingly present in the current scenario. This work aims to study the operation and management of the Park Joventino Silva - Park City - Salvador, Bahia in relation to leisure and tourism in the current administration in order to meet their infrastructure and their equipment and musical conservation of these elements for use by patrons. With it, you can point out which factors influence whether or not to use the park for city residents and tourists by allowing the creation of projects and measures to revitalize the park and pose as a leisure option safe for residents and tourists.

Key words: Public spaces. Urban parks. Joventino Silva park.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

COPPA – Companhia Policial de Proteção Ambiental

FIB – Centro Universitário da Bahia

OMT - Organização Mundial do Turismo

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

SALTUR – Empresa de Turismo S/A

SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia

SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia

SMA – Secretaria do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPJ – Superintendência de Parque e Jardins

UC – Unidade de Conservação

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espaços Livres Urbanos	p. 36
Figura 2: Unidades de Conservação de Salvador	p. 50
Figura 3: Classificação do Parque Urbano	p. 52
Figura 4: Mapa de localização do Parque Joventino Silva	p. 53
Figura 5: Limitações do Parque Joventino Silva	p. 54

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Pista de Cooper	p. 57
Foto 2: Brincadeiras na Área verde	p. 57
Foto 3: Comércio ambulante dentro do parque	p. 58
Foto 4: 1º Parque infantil	p. 58
Foto 5: Projeto Música no Parque – Dia 15/11/2009	p. 60
Foto 6: Sede do Mais Social	p. 62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente	p. 49
Quadro 2: Unidades de conservação de Salvador	p. 50
Quadro 3: Zoneamento do Parque Joventino Silva	p. 56
Quadro 4: Programas do Mais Social realizados no Parque Joventino Silva	p. 63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DO LAZER AO TURISMO	20
2.1 Lazer – Conceitos e Evolução	22
2.2 A Busca do Lazer em Outras Localidades – o Turismo	29
3 ESPAÇO PÚBLICO, TURISMO E LAZER	35
3.1 Definição, Tipologia e Configuração de Espaços Públicos	35
3.2 Origem e Funções dos Parques Urbanos – Lazer e Turismo	38
4 PARQUES URBANOS NO CONTEXTO DE SALVADOR	43
4.1 Áreas Verdes no Brasil	45
4.2 Áreas Verdes de Salvador – Legislação Vigente	48
4.3 Parques Urbanos em Salvador – Gestão Municipal	51
5 PARQUE JOVENTINO SILVA	53
5.1 História e Caracterização	53
5.2 Funções e Usos do Parque	57
5.2.1 Projeto Música no Parque	59
5.2.2 Mais Social	61
5.3 O Joventino Silva Hoje	63
6 CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À CADERNO 2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	73

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTORA DO PARQUE
JOVENTINO SILVA 76**

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À COMPANHIA DA POLÍTICA
DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 78**

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que, contrariamente a outras atividades, vem mantendo um crescimento constante e ganhando maior destaque entre as outras porque é uma atividade capaz de movimentar vários outros setores da economia, já que, para o fenômeno turístico, como tratam alguns autores, acontecer precisa de um conjunto de ações para que ocorra de maneira satisfatória; essencialmente, essas ações correspondem à instalação da infra-estrutura básica exigida pelo deslocamento de pessoas característico da atividade turística, que tende a provocar o surgimento e movimentação de diversos negócios como transporte, acomodação e alojamento, alimentação, segurança, serviços básicos (bancos, hospitais, etc.), vestuário e outros, voltados para o atendimento dos turistas.

Porém, vale ressaltar que o turismo não exerce função apenas na economia de um país, uma vez que, a atividade turística é como uma rede que engloba diversas ações necessárias para seu funcionamento, como dito anteriormente, e que, conseqüentemente, gera diversas reações nos mais variados setores ligados direta ou indiretamente a suas atividades. Dessa forma, Andrade (1998 *apud* IGNARRA, 1999, p. 24) define o turismo como o “conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais” que pode ser visto, também, como um instrumento de preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural da sociedade onde [o turismo] está inserido, especialmente através dos parques urbanos que costumam possuir grande parte de seu território constituído por área verde. A atividade turística tende a agredir todo esse patrimônio acima citado, especialmente quando um destino ou atrativo é vendido pela mídia de forma massiva sem que no local tenha sido realizado um estudo sobre os possíveis impactos, capacidade de carga local e outros fatores que ajudam a diminuir conseqüências negativas.

Ao se observar a urbanização das cidades atuais nota-se o quão agressivo foi o processo de construção, especialmente para o meio natural e, se ocorrido de maneira desordenada e acelerada. Segundo Melazo e Colesanti (2003), para que as cidades fossem urbanizadas, as transformações implantadas causaram

uma degradação ambiental em grande escala, principalmente as transformações oriundas do desenvolvimento industrial. Diante de tantas construções e estruturas de concreto que caracterizam, nos dias de hoje, uma cidade urbanizada, os espaços livres são entendidos como ‘refúgios verdes’ dentro do território urbano. Entre esses espaços livres, estão os parques urbanos que, por serem capazes de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população, possuem um papel importante para a cidade que o possui.

Ainda segundo Melazo e Colesanti (2003), os parques também podem oferecer uma estrutura para a realização de atividades de lazer e recreação, além de ser um local propício para o desenvolvimento da educação ambiental não somente para os residentes, mas, principalmente, para visitantes de outras cidades e turistas.

No âmbito do lazer, cresce a procura por espaços que forneçam opções de lazer – especialmente gratuitos – de uma forma ampla, dando-se preferência aos lugares com equipamentos específicos, que tenham uma infraestrutura básica (sanitários, praça de alimentação, local para descanso entre as atividades etc.) e que permitam a prática de diversas atividades de maneira a contemplar todas as faixas etárias que frequentem o local; esse fato é acentuado ao se levar em consideração que o descanso proporcionado por práticas de lazer não significa “fazer nada” e sim “fazer algo diferente” da sua rotina diária.

É nesse cenário que o Parque Joventino Silva, conhecido como Parque da Cidade, constitui uma opção gratuita não apenas para a realização de atividades lúdicas e recreacionais, mas como opção, também, para a prática de esportes, preservação ambiental e ponto de encontro para estudantes, grupos da terceira idade que desenvolvem suas atividades dentro da área do parque.

Assim, essa monografia que tem como tema o estudo de caso do Parque Joventino Silva (Parque da Cidade), Salvador – Bahia, sob a ótica da promoção do lazer voltado para o turismo, visa perceber a possibilidade da existência de atividades turísticas dentro de um parque urbano e como essa relação pode ser um instrumento capaz de contribuir – positivamente – para sua preservação/conservação, bem como para a revitalização de sua área e funções, quando necessário.

Para isso, o estudo baseia-se na busca de uma possível resposta que satisfaça ao questionamento sobre quais fatores (ou variáveis) exercem influência,

positiva ou negativamente, na utilização do Parque Joventino Silva (Parque da Cidade), em Salvador – Bahia, pelo turismo como atrativo para a prática do lazer.

Por se tratar de um estudo de caso, o objeto de estudo escolhido, como dito anteriormente, foi o Parque Joventino Silva (Parque da Cidade) localizado na Av. Antônio Carlos Magalhães, s/nº, Pituba; situando-se, ainda, entre os bairros Itaipara, Santa Cruz e Nordeste de Amaralina. Pretende-se focar a pesquisa na atual gestão do parque sem deixar, entretanto, que informações e ações importantes desenvolvidas em gestões passadas sejam deixados de fora do estudo, e utilizando toda a área física do parque com os equipamentos e estruturas existentes.

O estudo tem por objetivo geral estudar o funcionamento e a gestão do Parque Joventino Silva em relação às atividades de lazer e de turismo na atual administração. Para que esse objetivo possa ser alcançado, foram traçados os seguintes objetivos específicos que serviram como pontos norteadores da pesquisa: verificar o atual funcionamento prático do Parque Joventino Silva e qual o grau de conservação/manutenção em que se encontra; entender a importância da existência do Parque Joventino Silva, enquanto parque urbano com grande área verde, dentro de Salvador para o desenvolvimento do turismo; identificar e caracterizar os diversos usos e funções do Parque Joventino Silva; analisar a relação do uso do Parque Joventino Silva pela comunidade local (a prática de esportes, lazer, atividades lúdicas etc.) e as formas de uso pelos turistas, caso haja esse uso.

Diante do que foi mencionado, o estudo teve por hipótese que ao se tratar de parques urbanos, elementos estruturais – manutenção de equipamentos, limpeza, instalações sanitárias, infra-estrutura básica – bem como o fator da segurança dos freqüentadores tendem a determinar a utilização do Parque Joventino Silva como local para a prática do lazer tanto pelos turistas quanto pela comunidade local.

A escolha do Parque Joventino Silva como objeto de estudo aconteceu, primeiramente, por inclinação pessoal seguida de questionamentos sobre o funcionamento do parque, a percepção de “pouco uso” perante toda a área que o compõe e os equipamentos existentes à disposição de seus usuários/freqüentadores. Além disso, o Parque Joventino Silva é considerado, por muitos, o primeiro parque urbano de Salvador e foi criado durante a urbanização do Bairro da Pituba como uma forma de manter uma área verde que preservasse a riqueza natural da região em meio às novas e constantes construções que se

desenvolviam; sendo, também, uma importante opção de lazer para os residentes e visitantes.

Entretanto, esses fatores apenas contribuíram para a escolha do parque, o elemento principal da escolha ocorreu através da percepção da falta de trabalhos acadêmicos que contemplem aquela localidade. O presente estudo, portanto, tem sua importância elevada pelo fato de ser um estudo específico do parque que, mesmo não contemplando todos os fatores e variáveis, ampliará o conhecimento sobre gestão de parques, turismo e lazer que servirão de base para estudos e projetos (de revitalização e implementação) beneficiando estudantes e profissionais de diversas áreas como turismo, urbanismo, sociologia fazendo com que tenham um maior conhecimento sobre a atual situação do parque. Isso permitirá, ainda, que a própria comunidade residente no entorno e que costuma usufruir do parque com certa frequência também possa ter acesso a essas informações tornando-se capazes de solicitar melhorias perante os gestores quando julgarem necessário; além disso, permitirá que os gestores do parque passem a vê-lo, também, pela óptica da atividade turística.

Visando o atendimento ao tema, problema e objetivos e com o intuito de comprovar ou refutar a hipótese, esse trabalho adota o caráter de pesquisa exploratória por ser baseada em pesquisa bibliográfica e documental em livros, publicações científicas, sites e bibliotecas de faculdades como UNEB, UFBA, FIB e UNIFACS, além de bibliotecas de institutos e fundações públicas como a Fundação Mário Leal Ferreira, Arquivo Público, Biblioteca Pública Central buscando informações relacionadas a dados históricos do Parque Joventino Silva, bem como temas relacionados com parques urbanos, lazer e turismo de lazer. É, também, descritiva por ser um “estudo feito através da observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador” (ANDRADE, 1999) sendo realizada através de pesquisa de campo com observação direta, registro fotográfico e realização de entrevistas à administração do parque, à Companhia Policial de Proteção Ambiental (COPPA) – responsável pela segurança física e ambiental do parque, e aplicação de questionários ao diretor da empresa Caderno 2 Produções Artísticas (principal realizadora de eventos na área do parque).

Na tentativa de tornar a leitura e o entendimento mais claro e fácil, o presente trabalho foi dividido em seis capítulos, onde o primeiro tem caráter

introdutório. O Segundo capítulo, de caráter teórico e histórico, compromete-se a mostrar a história e evolução do lazer e do turismo através das suas práticas iniciais até o momento em que assumem a configuração atual.

O terceiro capítulo, ainda de caráter teórico e conceitual, traz a discussão sobre a realização do turismo de lazer em espaços públicos de uma maneira geral. Para isso, traz uma definição, caracterização e breve tipologia desses espaços ao longo do tempo, abordando a questão da realização/prática do lazer em diferentes espaços públicos. Esse capítulo também retrata a história e evolução dos parques urbanos, bem como sua relação com o turismo e o lazer.

O quarto capítulo retrata os parques urbanos no contexto de Salvador apresentando, inicialmente, como se caracteriza a preservação das áreas verdes no Brasil; além de abordar, de forma ampla, a legislação vigente nas áreas verdes de Salvador, retratando a existência dos parques urbanos no município e a forma com que a atual administração gerencia esses parques.

O Parque Joventino Silva é discutido especificamente no quinto capítulo, onde é apresentada sua história, desde o decreto de criação caracterizando-o com todas as mudanças ocorridas ao longo do tempo; realiza uma análise sobre os diversos usos e funções que o parque possuiu e possui nos seus 36 anos de existência e qual a potencialidade – se existente – para o desenvolvimento do turismo em sua área; e, finalmente, um diagnóstico da atual situação mostrando suas principais carências, e, conseqüentemente, o que pode ser melhorado para aumentar e valorizar a “vida” do parque não apenas para as comunidades locais no cenário municipal, mas expandindo sua divulgação para visitação turística.

2 DO LAZER AO TURISMO

Como uma forma de esclarecer mais detalhadamente as diferenças entre o turismo e o lazer, suas semelhanças e pontos comuns, esse capítulo traz conceitos e descreve como surgiu o lazer – desde mera atividade de caráter recreacional praticada nos momentos de não-trabalho até o lazer em sua configuração atual; e, posteriormente, aborda alguns conceitos, origem e evolução do turismo – também desde seu surgimento primitivo até os dias atuais.

Para Clézio Santos (2006), até os dias atuais o tratamento que tende a ser dado aos estudos que propõem reflexões sobre turismo e/ou lazer ainda é, por parte de alguns, descrente e preconceituoso, por remeterem a situações quase contrárias ao trabalho, que é considerado como elemento essencial na vida do homem. Uma das razões para que isso ocorra, é o tratamento fortemente vinculado à recreação e a momentos de simples diversão. Algumas abordagens fazem confusão entre turismo e lazer tratando-os e definindo-os da mesma maneira por acreditarem que turismo são meramente viagens realizadas em busca de descanso, diversão e lazer; enquanto o lazer é tratado como momentos de diversão e descanso que servem de motivação básica para a realização das viagens turísticas.

É fato que o turismo e o lazer mantêm uma relação próxima, mas não significa que sejam interdependentes; suas ações/atividades podem ser realizadas em tempo e espaços distintos e utilizando equipamentos específicos sem que isso interfira em sua realização plena e satisfatória. Isto pode ser evidenciado como descaso, mesmo com o constante crescimento do interesse de muitos estudiosos em entender e explicar esses dois fenômenos sociais, afinal, conhecer os efeitos que o turismo causa no meio ambiente e na dinâmica de uma cidade é importante para evitar possíveis prejuízos causados pela exploração desenfreada e descontrolada desta atividade. No que diz respeito ao tempo dedicado ao lazer, este vem se mostrando como um indicador de qualidade de vida dos trabalhadores atuais que tendem a aumentar suas horas de trabalho, muitas vezes até mantendo dois empregos paralelos, em busca de um aumento na renda final na tentativa de levar uma vida mais tranqüila e estabilizada.

O lazer pode ser visto como válvula de escape responsável por “livrar” os trabalhadores do *stress* adquirido durante a realização de suas obrigações; é uma

forma de manter a vida equilibrada, permitindo que o homem “funcione” corretamente evitando uma sobrecarga no corpo ou na mente que causará grandes danos à sua saúde. Nesse sentido, a sua prática e seu discurso assumem um caráter funcional à preservação do sistema. As transformações sociais e econômicas tornam os momentos de lazer cada vez mais desejados, seja para descansar sem realizar nenhuma atividade fora de casa, seja para realizar passeios com a família que incluem atividades recreacionais como jogos, esportes e brincadeiras, ou para conhecer novos lugares e culturas, através do turismo.

O turismo é um dos conteúdos do lazer, uma atividade alternativa para o lazer contemporâneo; uma alternativa à rotina, uma fuga da realidade cotidiana aliado à possibilidade do prazer de conhecer lugares distantes com características econômicas, sociais e culturais distintas do lugar de residência. E, como o turismo precisa ser realizado fora da cidade de residência habitual, nem toda atividade de lazer – como ir ao cinema, a um *show*, a um parque, por exemplo – pode ser considerada uma atividade turística e vice-versa.

No caso específico do lazer, Camargo (1992) afirma que é composto por três grupos de atividades que se baseiam:

- Na mídia – que seria o lazer desenvolvido dentro de casa, através dos programas de TV, rádio, discos, livros, jornais e revistas, videogame, computador e internet;
- Nas relações com outras pessoas e o meio ambiente dentro da cidade habitual – frequência a parques, teatros, *shoppings centers*, bares, restaurantes e outros;
- Nas viagens e hospedagens fora da cidade habitual – é quando o lazer confunde-se com o turismo.

Em uma tentativa de estabelecer parâmetros diferenciais, de maneira sucinta e generalizada, entre o turismo e o lazer, pode-se afirmar que o turismo é uma das formas mais ricas de adquirir conhecimento cultural; segundo o mesmo autor, o turismo tem ganhado notoriedade devido a sua importância econômica e, atualmente, também como instrumento de preservação através do turismo sustentável; mas, no âmbito social o lazer possui maior relevância já que, por exemplo, políticas específicas para o turismo voltado para a terceira idade é algo muito recente, ainda em processo de implantação efetiva.

2.1 Lazer – Conceitos e Evolução

É perceptível uma grande dificuldade em se determinar o momento exato que originou o lazer, principalmente por ter a necessidade de definir qual o conceito de lazer que se deseja estudar. Afinal, pode-se dizer que no tempo livre dos trabalhadores de todas as épocas e civilizações existiram atividades que eram realizadas com o objetivo de distrair e entreter, embora de maneiras bem distintas, ressaltando que o lazer não se resume à realização dessas atividades destinadas à diversão e relaxamento. Durante muito tempo, filósofos se detiveram em estudar o não-trabalho – até então tratado como ócio – por considerar que esse tempo livre era inútil e só atrapalhava o desenvolvimento espiritual do ser humano.

Para Werneck (2000), o lazer – termo proveniente do francês *loisir*, que deriva da palavra latina *licere* (o permitido) e que origina a palavra inglesa *leisure* (significando tempo livre); em espanhol, o lazer continua a ser chamado de ócio pois não existe um termo correspondente na língua espanhola – é entendido ou definido, muitas vezes, como não-trabalho, tempo livre ou desocupado que, geralmente, está associado à diversão, descanso, maneira de recuperar as energias e escape para os problemas cotidianos. Para alguns, entretanto, que carregam valores preconceituosos acerca do lazer, este não passa de uma futilidade, uma perda total de tempo, apesar do mesmo já se encontrar, inclusive, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na própria Constituição Federal do Brasil, além de fazer parte de várias políticas públicas e sociais nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Ao longo das civilizações, o lazer foi tratado como atividades recreativas e entendido de diversas maneiras, ora positiva ora negativa, sempre variando de acordo com a visão de mundo que cada sociedade possuía, seus valores e cultura. Assim, na antiguidade clássica, a Grécia – no auge de seu florescimento cultural – prezava a contemplação e o cultivo de virtudes nobres através do desprendimento das tarefas cotidianas que eles consideravam um obstáculo para o crescimento espiritual. Nessa época, portanto, o tempo livre era valorizado pelos gregos como forma de desenvolvimento humano, cabendo aos servos e escravos realizarem as tarefas julgadas como “sujas” sob a justificativa de que “somente o homem que possui tempo livre é livre, já que para ser livre, um homem deve possuir tempo livre” (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 3) significando que apenas os homens livres –

que possuíam certo grau de educação e participação política –, eram dignos do direito de praticar o lazer (contemplação).

Para Melo e Alves Junior (2003), houve grande diferenciação no acesso à educação que era ofertada apenas àqueles que se tornariam governantes, sendo permitido às outras classes – guerreiros, artesãos, lavradores e outros – apenas a parcela da educação referente aos papéis/atividades que desenvolviam na sociedade. Embora essas camadas mais populares não tivessem direito ao ócio dos nobres, era comum a existência e realização de outras manifestações como jogos, celebrações sociais e festas. Segundo Werneck (2000), Aristóteles defendia a criação de uma educação para o ócio, já que para a sociedade grega o homem era composto por uma forte interação entre cultura e educação, fazendo com que os ditos homens livres ocupassem todo o seu tempo com estudos sobre filosofia, ciências, arte e literatura; portanto, o homem deveria aprender a desejar o repouso filosófico para chegar, então, às virtudes almejadas. E, baseando-se nessa relação entre ócio e educação, é que o Liceu foi criado em Atenas como um local para aprendizagem da filosofia que possuía jardim e uma alameda para passeio utilizada para discussões filosóficas entre Aristóteles e os estudantes.

De acordo com Arendt (1993 *apud* WERNECK, 2000), a vida do homem clássico era, muitas vezes, traduzida pela expressão *vita activa* composta pelo labor – correspondente às necessidades biológicas vitais, garantindo a sobrevivência e perpetuação da espécie; trabalho – significando o artificialismo humano, a futilidade da vida e a efemeridade do tempo, é a capacidade do homem criar um mundo artificial contrário a tudo o que é natural; e a ação – corresponde à pluralidade humana sem a necessidade de mediadores de qualquer gênero, sendo a palavra o instrumento utilizado remetendo à política e a ética. Ocupando a posição inversa à *vita activa* estava o ócio, em associação a chamada *vita contemplativa* – sendo representado pelo descanso, repouso e ócio característico dos homens livres privilegiados. Werneck (2000) afirma, ainda, que o ócio possuía um caráter muito peculiar, uma vez que, numa sociedade altamente filosófica e política, o homem que pretendia praticá-lo [o ócio] deveria se desligar dessas atividades e de todo trabalho útil/produtivo, sua concepção não possuía relação com o contexto ficando à parte da dinâmica sociocultural de forma ampla, além disso, o ócio era considerado como fonte de prazer, liberdade, satisfação, reflexão e realização. Assim, o ócio era mantido como forma de *status* superior nesse período.

A autora também relata que as cidades romanas contavam com grandiosas construções públicas que permitiam que a população participasse da vida de Roma. Como a sociedade romana tinha a ociosidade como algo que apenas a classe nobre da cidade podia usufruir, era de responsabilidade dessa classe o financiamento espontâneo dos banhos públicos, banquetes e festas, representações culturais e apresentação de gladiadores que representavam o divertimento de toda a população romana. Entretanto, Munné (1980 *apud* GOMES, 2004) afirma que essa promoção de entretenimento para o povo era, na realidade, uma forma de despolitizar a população, fazendo com isso que o povo permanecesse na condição de mero espectador da vida política de Roma.

Já na Idade Média, Melo e Alves Junior (2003) afirmam que o tempo do não-trabalho passa a ser uma forma de exibição social para os nobres e o trabalho continuava a ser de responsabilidade das classes menos abastadas, que não possuíam uma divisão categórica do tempo de trabalho e do não-trabalho. Com a fundação das primeiras religiões, que ascenderam as idéias reformistas e o puritanismo, o trabalho começa a ser valorizado sobre a justificativa do acúmulo de riqueza, fazendo com que o não-trabalho passe a ser encarado como inimigo do trabalho e como um dos maiores pecados do homem. Essa valorização do trabalho impõe um maior controle sobre o tempo livre das camadas populares com o objetivo de evitar que o tempo seja desperdiçado com atividades consideradas indignas – o ócio. As atividades de ócio e festejos começam a ser controlados de maneira a atenderem ao novo pensamento que se instalava, e quando fugiam desse pensamento, eram reprimidos.

Na visão de Werneck (2000), a decadência do império romano começou a acontecer paralelamente ao surgimento do cristianismo, e com isso, o ócio também passou por transformações; embora o tempo livre das classes subalternas continuasse tendo caráter de descanso, agora passava a possuir limites impostos pela Igreja Católica. As cidades sofreram um esvaziamento causado pela saída dos grandes senhores que foram morar em suas propriedades no campo, sendo seguidos pelas classes mais populares que buscavam emprego e proteção – marcando o início do feudalismo. A Igreja promove uma unificação na Europa e, ao difundir o cristianismo, estabelece uma nova moral, com o discurso de que todos os homens são iguais perante Deus, imprimindo novas noções e significados ao lazer. Mas, ainda segundo a autora, esse discurso pregado pela Igreja não resolveu a

questão da desigualdade social representada, nesse momento, pelos grandes senhores e pela camada de servos que, por sua vez, se dividiam entre os homens que se dedicavam às armas formando os exércitos do feudo e possuíam certo poder, liberdade e prestígio social, e os servos que eram submetidos, junto com toda sua família, à vassalagem e ao trabalho servil.

Gadotti (1996 *apud* WERNECK, 2000) explica que a educação era ofertada de maneira distinta para cada camada social, tendo nova diferenciação ao se tratar de mulheres – que só recebiam alguma instrução quando tinham vocação para a vida religiosa. Aqueles que compunham as camadas subalternas recebiam apenas a educação oral dos seus pais que focavam, principalmente, a luta pela sobrevivência; enquanto o clero – especialmente os clérigos oriundos de camadas populares, uma vez que o alto clero era formado por pessoas das camadas mais abastadas – “era pautado na subserviência, nos juramentos de fidelidade à fé cristã com votos de obediência, castidade e pobreza” (GADOTTI, 1996 *apud* WERNECK, 2000, p. 32). Ainda segundo o autor, a nobreza, por sua vez, recebia uma educação voltada para seus próprios interesses, muitas vezes direcionada para a guerra e contemplando as setes artes liberais – cavalgada, arco e flecha, luta, caça, natação, jogo de xadrez e composição de versos – além de formação musical e guerreira. Tudo isso era para ocupar o tempo dos nobres já que eles não podiam trabalhar, pois isto representaria desprestígio a sua família.

O ócio e muitas manifestações culturais começaram a receber censuras quando a Igreja Católica dissemina os valores cristãos dotando o homem de emoções e sentimentos e do livre-arbítrio. Sua conduta deveria seguir o código moral pregado pela Igreja que adotou a visão aristotélica da contemplação como forma de ócio, embora de forma contida e vigiada; e via as festas, manifestações culturais, danças, jogos e todas as comemorações que não eram ligadas à fé como um perigo para a purificação da alma (GADOTTI, 1996 *apud* WERNECK, 2000). Esse pensamento é reforçado por Requixa (1977 *apud* WERNECK, 2000, p. 38) quando diz que,

[...] comportamentos que denotassem gosto pelos prazeres da vida eram banidos, como pecaminosos. Calvino, em Genebra, fazia fiscalizar, com rigor inusitado, a moral pública e particular, proibindo as mais simples e comuns manifestações de prazer e alegria de viver. Nesse caso, o lazer só poderia ser suspeito.

É nesse momento que se inicia a briga interna do homem entre os prazeres carnis e a elevação de sua alma, e o trabalho mantém o caráter penoso,

como punição pelo pecado original. Para os protestantes, o homem também deveria se entregar ao trabalho evitando “o consumo supérfluo e as tentações para vadiagem, para o relaxamento e para prossecução de prazeres pessoais” (WERNECK, 2000, p. 39); isso porque o lazer conforme era visto pelos antigos – usufruído como ócio – representava a preguiça, um pecado capital. É quando são colocadas as sementes da forma como passou a ser assimilado o trabalho nos dias atuais.

Por ser difícil determinar quando a modernidade começou, alguns historiadores consideram o Renascimento, com os conflitos econômicos, intelectuais e políticos entre a Igreja e o Estado e todas as crises vivenciadas nesse momento, como período de transição entre a Idade Média e Moderna. As universidades medievais promoviam debates livres que ajudavam na luta pela autonomia e os conhecimentos produzidos foram se elitizando e sendo guardados nas Academias sob a censura da Igreja e das cortes; isso fez com que fossem consideradas menos elitistas e mais populares do que as universidades da renascença e modernidade (MELO; ALVES JUNIOR, 2003; WERNECK, 2000).

A educação, de acordo com Werneck (2000) no período renascentista era altamente elitizada, sendo privilégio das camadas abastadas (clero e nobreza) e da burguesia emergente, não permitindo o acesso das camadas populares como forma de manter o povo ignorante e mais suscetível à alienação e dominação; o conhecimento da escrita e leitura garantia ao indivíduo maior autonomia perante os outros tornando-os mediadores e intérpretes entre a camada alta e a baixa. A educação moderna baseava-se no desapego aos autores clássicos para articular-se cada vez mais nas ciências naturais (física, astronomia, química e biologia), na evolução histórica da humanidade, no crescimento dos centros urbanos e nas grandes navegações que deram origem ao capitalismo comercial.

Para Chauí (1986 *apud* WERNECK, 2000), a Modernidade começa entre 1550 a 1660, chamado de século de ferro, tendo como base as mudanças que a implantação do capitalismo causou nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. O capitalismo desse período, assim como o de hoje, não deve ser reduzido a apenas economia de mercado, pois, especialmente nesse período, mantinha uma forte relação com o social sendo um importante elemento histórico-social na relação burguesia x proletariado. O pensamento sobre o trabalho sofre nova transformação, como afirma Touraine (1994 *apud* WERNECK, 2000, p. 45-46) ao dizer que,

o ideal capitalista é sacrificar tudo em nome do trabalho, mas isso não assegura a salvação, e sim o acúmulo de riqueza para os detentores do capital e dos meios de produção. Os pilares do capitalismo são sustentados, portanto, pela mão-de-obra assalariada, que não dispõe de outro recurso que não seja vender, em troca de um salário, a sua própria força de trabalho.

É a partir desse momento que a classe operária começa a sofrer grande exploração em busca de um salário que, muitas vezes, mal daria para sustentar a família, obrigando que jovens ainda na fase da adolescência fossem trabalhar para ajudar na renda familiar. A carga horária de trabalho chegava a 16 horas diárias, não regulamentada e indiferente a faixa etária e sexo, impossibilitando que os assalariados tivessem momentos ociosos ou acesso à educação. Esse fato se deve, conforme explana Melo e Alves Junior (2003, p. 6), pela “implantação do modelo de produção fabril e da organização do trabalho em fábricas” que causou uma “artificialização dos tempos sociais” como consequência da Revolução Industrial que acontecia na Inglaterra, trazendo aperfeiçoamento nas máquinas a vapor utilizadas, especialmente, na produção têxtil e metalúrgica.

A Revolução Francesa viria intensificar as transformações para a sociedade moderna, como o aumento da visibilidade e força da burguesia, ao disseminar a igualdade e liberdade, além do acesso ao conhecimento que levava à iluminação do ser humano.

Como dito anteriormente, o capitalismo supervalorizava o trabalho, o que deu ao ócio (que começava a ter característica de lazer) uma nova configuração de desprestígio, sendo considerado contraponto ao trabalho produtivo, o tempo de não-trabalho significava desperdício no tempo de produção, representando, por consequência, queda no lucro da indústria. Os trabalhadores passam a ser livres apenas pelo fato de “terem” o poder de escolha sobre o local onde trabalhariam; o que não era uma verdade realmente efetiva já que eles precisavam trabalhar, se submetendo a todas as condições precárias e exploradoras de trabalho impostas pelos seus empregadores, em nome da sobrevivência própria e da sua família.

Segundo Werneck (2000) e Melo e Alves Junior (2003), como o trabalho era visto, pelos proletariados, como esforço rotineiro e não como o discurso da virtude de enobrecimento, o ócio era visto por esses trabalhadores como momentos de realização, servindo de escape para a frustração diária do trabalho. Esses raros momentos de lazer aconteciam, geralmente, em tabernas, *pubs* e cafés e passaram

a representar ameaça ao sistema de produção, uma vez que permitiam o encontro e diálogo dos trabalhadores, em contrapartida da alienação arduamente implantada pela burguesia. A preocupação existente não era sobre a possibilidade de vício por parte dos trabalhadores, como aconteceu em fases anteriores da sociedade, mas, sobre a possibilidade desses trabalhadores se reunirem com o interesse de promover uma mobilização política que questionaria as condições de vida às quais estavam submetidos.

Aos poucos, conforme preocupação da burguesia, as camadas populares foram ganhando consciência política sobre a opressão implantada nas fábricas e, sutilmente, começavam a se questionar a possibilidade de mudanças que trouxessem melhorias na qualidade de vida. A burguesia tentou oprimir essas inquietações através de leis que proibiam a discussão pública entre os operários e instalava espões na cidade para vigiar o comportamento dos operários, além de oferecer diversão controlada com esportes modernos, para Melo e Alves Junior (2003, p. 9), “a manutenção das maneiras tradicionais de diversão foi uma forma de resistência” por parte dos operários.

De acordo com Werneck (2000), a camada operária começou a reivindicar melhores condições de trabalho e menor jornada diária, baseando-se no panfleto O Direito à Preguiça de Paul Lafargue que condenava a exploração trabalhista, o aumento do custo de vida e todas as outras formas de exploração e alienação sobre os operários. É quando, segundo a autora, o lazer ganha grande força e importância, pois, através de muita luta e reivindicações sobre forma de greves e manifestações, os trabalhadores conseguiram redução nas horas diárias da jornada de trabalho dando-lhes maior tempo livre em que podiam praticar o lazer, assim, a autora faz uma relação entre o trabalho e lazer desse período afirmando que:

Sendo o trabalho alienado uma fonte de frustração, as características consideradas pilares do lazer só poderiam ser experimentadas, pelo proletariado, se houvesse oportunidade para isso, demandando o estabelecimento de reivindicações sociais pelo lazer, que também poderia ser visto como um espaço de luta e engajamento político. Emerge, assim, o significado de lazer enquanto direito a ser usufruído por todos, concretizado principalmente por meio do estabelecimento de leis referentes à limitação da jornada de trabalho, férias, feriados e fim de semana remunerados (WERNECK, 2000, p. 56)

Entretanto, o lazer ainda era visto como espaço de luta e de mobilização política, passando a ter o caráter de férias, recreação ao longo do século XX, quando o lazer é visto como forma de compensação pelo desgaste da rotina de

trabalho – para os trabalhadores – ou de estudo – para os estudantes. Como forma de usufruir a riqueza e ostentar o *status* adquirido através da exploração dos trabalhadores, a burguesia começava a buscar novos conhecimentos em outros locais distintos de sua residência habitual, ou através do conhecimento histórico-cultural – com viagens para cidades que faziam parte da era clássica – ou pela busca de momentos de lazer em *spas* (WERNECK, 2000).

No período atual o lazer passa a ter sua importância para o bem estar da população reconhecida, e a partir do final da década de 1960, começa a ser discutido com mais intensidade, sendo considerado fenômeno e direito social, pelas academias em diferentes áreas do conhecimento como ciências sociais, psicologia, comunicação social e educação física. O poder público começa a ver no lazer uma forma de manter os trabalhadores motivados, aumentando sua produção, englobando, inclusive, a atividade turística motivada para a prática de lazer em destinos como “sol e praia” que oferecem diversas opções de lazer. Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988 enquadra o lazer como direito social através de seu artigo 6º onde afirma que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988)

2.2 A Busca do Lazer em Outras Localidades – o Turismo

O turismo é uma atividade capaz de movimentar vários outros setores da economia devido ao fato do fenômeno turístico precisar de um conjunto de ações para que ocorra de maneira satisfatória. Essencialmente, essas ações correspondem à instalação da infra-estrutura básica exigida pelo deslocamento de pessoas característico da atividade turística, que tende a provocar o surgimento e movimentação de diversos negócios como transporte, acomodação e alojamento, alimentação, segurança, serviços básicos (bancos, hospitais etc.), vestuário e outros, voltados para o atendimento dos turistas.

Levando em consideração essa gama de setores atingidos pelo turismo, pode-se entender a dificuldade em criar um conceito único e/ou uma definição capaz

de englobar toda a complexidade da atividade turística. Por isso, tende-se a escolher um conceito que mais se adeque ao estudo proposto ou “reescrever” o conceito que mais se aproxime fazendo as modificações necessárias; embora isso não signifique que esse conceito seja o mais correto ou completo. Adota-se, então, o conceito de Lickorish e Jenkins (2000, p. 9) que definem o turismo como “uma atividade que ultrapassa os setores da economia. Ele requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental. Nesse sentido, é frequentemente descrito como uma atividade multifacetada.” Entretanto, não se deixa de lado o conceito da Organização Mundial do Turismo (OMT) que o define como “deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas” (IGNARRA, 2003, p. 11).

É possível perceber que a definição da Organização Mundial do Turismo é operacional, uma tentativa de padronizar a atividade turística em todos os países associados e que desenvolvem o turismo em seu território. Assim, por não definir o turismo em sua totalidade, a Organização Mundial do Turismo (OMT) busca complementar esse conceito afirmando que este “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2001, p. 38). Ampliando esses conceitos é possível encontrar definições que contemplem o que motiva sua prática:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (TORRE, 1992 *apud* IGNARRA, 2003, p.13)

Deve-se ressaltar que cada conceito existente acerca do turismo, por se tratar – como já dito anteriormente – de uma atividade que envolve diversos setores, tende a expressar o ponto de vista do autor que o definiu. Isso faz com que haja diversas visões sobre o mesmo objeto – a atividade turística, como, por exemplo, a visão holística, social, econômica. Nesse cenário, é perceptível que muitos autores – por mais variados que sejam os conceitos – procuram definir o turismo pela óptica de quem o pratica sem abordar o lado da localidade onde o turismo é praticado. Essa outra visão, porém, é definida por Andrade (1998 *apud* IGNARRA, 2003, p. 13) como o “conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a

execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais”.

Dentro desse contexto é possível perceber que a relação entre o turismo e o lazer é muito mais complexa, fazendo com que alguns se reportem a essas duas atividades como se fossem uma só ou como se uma fosse dependente da outra, conforme afirma Trigo (1998a, p. 17) quando foca que “lazer e turismo são atividades complexas e entrelaçadas”. Isso acontece porque o turismo deixou de ser um campo isolado no setor de serviços existentes na sociedade para participar mais intensamente do campo do lazer através de conexões com as diversas opções de ocupações para o tempo livre, além dos aspectos culturais, educacionais e dos aspectos que ampliam ainda mais a teia de possibilidades do turismo.

Essa relação pode ser percebida, ainda, no crescimento do turismo que, apesar da diminuição do ritmo de produção das indústrias causado pelos períodos de recessão econômica mundial, tem se mantido de maneira constante; fato pelo qual Milone e Milone (2000, p. 354) afirmam que “um dos mais importantes componentes de um estilo de vida que represente alta qualidade na última metade do século XIX tem sido o acesso e o maior uso do tempo para atividades de lazer”.

Assim como encontrar uma definição e/ou conceituação única capaz de explicar a totalidade do turismo, sua história também não é algo exatamente preciso. Há autores que afirmam que o Turismo surgiu com o deslocamento de pessoas com o objetivo de assistir os jogos olímpicos que aconteciam a cada quatro anos na cidade de Olímpia sendo, talvez, a origem do turismo esportivo; existindo, ainda, registro de viagens turísticas no Egito, China, Índia, por exemplo. Ignarra (2003, p. 2) defende que o “fenômeno turístico está relacionado com as viagens, a visita a um local diverso da residência das pessoas”, assim, ainda segundo o autor, o turismo surge na antiguidade clássica quando o homem superou o sedentarismo para ampliar seu comércio – o que indicaria, por sua vez, que o turismo de negócios surgiu antes do turismo de lazer. Esse pensamento é reforçado pelo fato dos romanos realizarem grande número de viagens – em estradas que possuíam pontos de troca de animais e hospedarias para as viagens mais longas, dando origem à hotelaria – motivados pelo lazer, comércio e pela conquista de novos territórios, além disso, os grandes espetáculos circenses e as lutas nas arenas romanas que aconteciam naquele período eram atrativos de entretenimento e recreação responsáveis por grande número de viagens de pessoas para assistir esses

eventos, permitindo que Oliveira (2002, p. 18) afirme que “os romanos teriam sido os primeiros a viajar por prazer”.

Esse período, ainda de acordo com Oliveira (2002) também foi responsável pelo surgimento dos primeiros *spas*, primeiramente criados para o tratamento de pobres e doentes e que contava com programas de entretenimento e que, posteriormente, passou a ser freqüentado por viajantes que antes se misturavam aos doentes para usufruir das atividades recreacionais. Na Idade Média, o fluxo de viagens decaiu devido à queda do império romano; as cruzadas realizadas pela igreja católica deram origem ao campismo com o desenvolvimento das técnicas de acampamento; e o aumento da segurança nas estradas permitiu que as famílias nobres começassem a mandar seus filhos para estudar nos grandes centros culturais europeus, surgindo assim o intercâmbio cultural. Ainda nesse período, mais exatamente entre o século XVI e XVIII, a França iniciou a realização do *Petit Tour* – visita ao Vale do Loire e retorno a Paris, e o *Grand Tour* que complementava a formação dos ingleses e acontecia pela França, Suíça e Itália, sempre acompanhados por um cicerone (guia), onde observavam ruínas romanas, estudavam o Renascimento, as formas de governo e outros elementos que davam a essas viagens um caráter de turismo cultural.

Com a publicação de diversos livros escritos por ilustres viajantes da época que relatavam suas viagens por lugares como Grécia, Espanha, Itália (destino preferido até então) e países do Oriente. Esses relatos aumentaram o interesse das pessoas em realizar viagens de caráter de lazer/cultural por esses destinos, bem como serviu para orientar as viajantes a respeitar e preservar os patrimônios dos destinos escolhidos.

No século XIX o turismo passa por transformações oriundas da busca por maiores períodos de tempo livre. Essa reivindicação por redução da jornada de trabalho, aliado aos avanços tecnológicos conseqüentes da Revolução Industrial e ao desenvolvimento do capitalismo, representa para diversos autores, como Oliveira (2002), Ignarra (2003) e Trigo (1998b), o verdadeiro surgimento do turismo organizado. As primeiras grandes mudanças foram as construções de novos navios a vapor com alto grau de sofisticação e luxo para transportar os novos ricos do capitalismo em suas viagens de lazer e entretenimento; e os trens que substituíam as diligências oferecendo maior segurança, rapidez e conforto aos viajantes que já

não sofriam tanto com a poeira, lama e barro das estradas nem com as nevascas durante as viagens de inverno.

É nesse século que surgem as primeiras agências de viagens, os *spas* litorâneos – com objetivos de bailes, eventos, jogos de azar e outras opções de entretenimento – e, também, o turismo de massa. As novas tecnologias permitiram, ainda, a construção de torres (como a Eiffel, em Paris), implantação de ferrovias e estações ferroviárias, salões com estruturas livres de ferro para sediar exposições e realizar bailes (TRIGO, 1998b). Em 1841, decorrente dos avanços tecnológicos e do ‘turismo’ que Tomas Cook organiza a primeira excursão de trem saindo de Lancaster para Loughborug com mais de 500 passageiros, considerada o marco oficial do surgimento do turismo moderno, passando a ser vista como atividade social e econômica. Nesse mesmo período, Thomas Bennett é apontado por alguns historiadores como um dos precursores do serviço de agenciamento turístico. Alguns acontecimentos considerados marcos importantes na história do surgimento e desenvolvimento inicial do turismo, de acordo com Trigo (1998b) são:

- Em 1840 surge a Agência Abreu, no Porto, em Lisboa;
- Em 1878 já são cerca de 250 agências de viagens funcionando em todo o mundo;
- Em 1882 a American Express Company lança o *money order*, antecedente do cheque de viagem.

O turismo tem se desenvolvido em ritmo constante durante o século XIX principalmente por fatores como aumento da segurança, controle das doenças, melhoria nos meios de transportes e, especialmente, o direito a férias remuneradas conquistado após muitas reivindicações buscando mais tempo livre. No início do século XX, porém, com a depressão de 20 e a chegada das grandes guerras mundiais, o turismo sofreu abalos chegando a ficar estagnado em todo o mundo durante a 2ª guerra. Mas, para a surpresa de muitos, logo após o fim da guerra – em 1945 – o turismo não apenas retoma suas atividades como ganha grande impulso com o surgimento da aviação civil (momento de origem da International Air Transport Association – IATA), sendo que a venda do primeiro pacote de turismo com caráter de massa utilizando o avião como meio de transporte foi realizada em 1949.

O surgimento de novos segmentos, sendo considerada nos dias atuais, como a principal atividade econômica superando alguns setores tradicionais como a

indústria automobilística, eletrônica e, até mesmo, a petrolífera (DIAS, 2003). Isso faz, inclusive, com que o turismo seja uma das poucas atividades que consegue se manter mesmo em momentos de crise que abalem a economia mundial.

3 ESPAÇOS PÚBLICOS: TURISMO E LAZER

O assunto espaço público é remetido a parques, praças e jardins, embora sejam, estes apenas alguns exemplos de espaços livres de edificações dentro da área urbana de uma cidade e que por sua vez, costumam ser associados à função do lazer. A rua, por exemplo, é um espaço público, livre de edificações, com função específica para a circulação, especialmente de veículos automotores, e que, em alguns casos pode ser utilizada para outras atividades como shows, passeatas, manifestações culturais, práticas de lazer etc.

Dentro dessa perspectiva, esse capítulo visa, primeiramente, esclarecer conceitos e definições de espaço público, no contexto do espaço urbano, apresentando uma tipologia básica desses espaços públicos de acordo com sua importância e uso pela população residente e visitante. Num segundo momento, pretende explicar mais especificamente sobre os parques urbanos, foco geral do presente trabalho, apresentando sua origem e diversas funções focalizando nos usos voltados para o turismo e o lazer. Após essas discussões voltadas para o melhor entendimento sobre o assunto, finaliza-se abordando o papel que o poder público desempenha ou que poderia desempenhar nesses espaços a fim de contribuir positivamente em todas as formas de uso para todos aqueles que possuam interesse em usufruir os possíveis benefícios ofertados pelos parques urbanos.

3.1 Definição, Tipologia e Configuração de Espaços Públicos

A principal característica de um espaço livre urbano é a sua ampla diversidade de funções e estrutura física. Essas áreas, antes tratadas como vazios urbanos por se configurarem em uma área – com presença ou não de vegetação – sem edificações foram sendo inseridas na malha urbana ao longo do tempo através do processo de estruturação da urbanização da cidade; essas áreas podem, ainda, ser deixadas sem edificações ao acaso ou pela falta de interesse no local. As praças são consideradas o espaço público mais tradicional, foram instituídas no processo

de formação das cidades, funcionando como espaço de encontro, de convivência e comemorações/festejos, era na praça que a vida pública das cidades acontecia. Para Leitão (2002 *apud* RIBEIRO, 2005), espaços públicos são “espaços abertos, de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade”.

Os espaços livres urbanos evoluíram de acordo com o processo de desenvolvimento das cidades e seu grau de urbanização e, conseqüentemente, seus conceitos e suas funções também passaram pelo mesmo processo de evolução. Ferreira (2005) afirma que a cidade é dividida, basicamente, em áreas urbanas, áreas de expansão urbana e áreas rurais. Dentro das áreas urbanas estão os espaços construídos – como o próprio nome já diz, trata-se dos espaços com edificações de caráter residencial, comercial e serviços públicos; espaços livres – são os espaços sem edificações como as praças, jardins, parques, canteiros; e espaços de integração urbana – compostos pelos canteiros centrais de avenidas, rotatórias, canteiros e outros (FERREIRA, 2005).

De maneira mais detalhada, os espaços livres podem ser caracterizados conforme a figura 1:

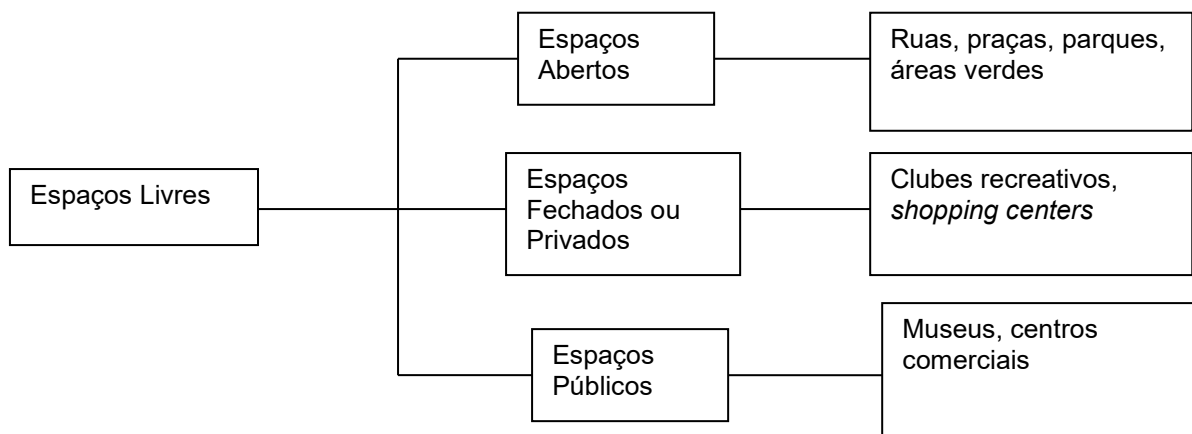


Figura 1: Espaços Livres Urbanos
Fonte: Adaptado RIBEIRO (2005)

Assim, segundo Ferreira (2005) e Ribeiro (2005), os espaços livres podem ser abertos (áreas de lazer, praças, parques), fechados ou privados, ou públicos. Nesse contexto, espaço livre pode ser definido como “áreas não edificadas de propriedade municipal, independente de sua destinação de uso. Quando esses espaços destinarem-se a áreas verdes, passam a ser conceituadas como espaços verdes” (KLIASS; MAGNOLI, 1967 *apud* FERREIRA, 2005, p. 11). É possível perceber certo conflito entre termos como espaços livres urbanos, áreas livres,

espaços abertos, jardins, praças, parques urbanos e outros devido a suas semelhanças e, por vezes, sutis diferenças.

A existência desses espaços livres, especialmente os parques, é importante não apenas para a estética da cidade, mas, principalmente para o bem estar de toda a população. Entretanto, é necessário que esses grandes espaços livres de edificações não sejam estabelecidos fora do centro urbano ou mesmo próximo dos limites da cidade, pois, como afirma Macedo (1986, p 106), “grandes parques afastados das áreas onde moram as pessoas são muito menos úteis à cidade do que um sistema articulado de pequenas áreas livres de vizinhança, pequenos parques, praças por exemplo”.

Áreas verdes possuem predominância de vegetação arbórea englobando espaços como praças, jardins públicos e os parques urbanos – objeto em estudo – que, genericamente, assumem o mesmo significado sendo diferenciados de acordo com suas funções e extensão territorial. Entre as áreas verdes também estão os canteiros centrais de avenidas, trevos e rotatórias de vias públicas, embora estes desempenhem apenas o papel estético. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), uma cidade deve possuir um “hipotético índice” de 12m² de área verde por habitante; sendo um índice padrão ideal de áreas de lazer e/ou vegetação (FERREIRA, 2005).

Esse índice visa assegurar que as cidades usufruam dos benefícios proporcionados pela implantação de áreas verdes em seu território através das funções descritas por Smanioto (2004 *apud* RIBEIRO, 2005) como: estrutural – servindo de espinha dorsal para o desenvolvimento da paisagem urbana; estética – proporcionando visualização do espaço verde, beleza; educacional – permitindo estudos sobre ciclo biológico e educação ambiental; identificação, orientação e representação – atua como ponto de referência; psicológica – oferecendo a sensação de bem estar; comunicação – criação de patrimônio público; econômico – servindo como objeto de estratégias de *marketing*; e ambiental – minimizando ruídos, conservando ecossistema local.

No âmbito histórico, Ferrara (2000 *apud* RAMOS, 2008) diz que a cidade passa por Três Momentos distintos de configurações da paisagem urbana que vão interferir nas configurações dos espaços públicos: o Momento Comercial, onde a cidade tem caráter utilitário/funcional; Momento Industrial, o caráter da cidade é invertido passando a ser funcional/utilitária; e o Momento Virtual, quando inicia da

era das tecnologias de informação. É nesse último momento, ainda, que os espaços públicos sofrem maior perda de sua configuração tradicional pois, as pessoas começam a substituir seus encontros físicos/presenciais por contatos estabelecidos através de telefone, celular, *e-mail*.

Ramos (2008, p 22) afirma que “um espaço urbano somente é considerado como espaço público quando se conjugam nele determinadas configurações espaciais além de um conjunto de ações”. Assim, as cidades desempenham, basicamente, três funções: mercado, circulação e reunião. Ao longo do tempo, especialmente no século XX, os espaços públicos tiveram suas configurações de uso alteradas por elementos como a inserção de veículos que, ao se expandirem, influenciaram o uso do espaço público que perdeu a área que possuía no período dos bondes e bicicletas. Os centros comerciais foram construídos em substituição a ruas e praças que, até então, desempenhavam o papel de espaços para encontros e comércios.

Ainda de acordo com Ramos (2008), a implantação das grandes indústrias que causaram transformações no setor econômico, propiciando migrações que implantaram novos hábitos na população e todas as tendências que a pós-modernidade imprimiu junto à globalização cultural, permitiu que surgissem espaços que não possuem traços característicos da história e cultura do lugar onde estão instalados, possibilitando que, em qualquer lugar do mundo, seja encontrado um local com as mesmas características padrões: os chamados não-lugares.

Fica perceptível, então, que os usos, funções, características e configurações dos diversos espaços públicos existentes atualmente dentro de uma malha urbana, passaram por várias transformações ao longo do tempo e serão modificadas, ainda, no decorrer de novas alterações feitas no comportamento econômico e social da população, na dinâmica das cidades.

3.2 Origem e Funções dos Parques Urbanos – Lazer e Turismo

A construção de áreas verdes é algo que remonta as civilizações antigas que, geralmente, construíam grandes jardins de uso exclusivo das camadas mais

altas – nobreza e clero (quando este passou a existir) – como um local de contemplação da diversidade ambiental, como os Jardins da Babilônia, por exemplo.

Para Segawa (1996 *apud* FERREIRA, 2005) os jardins e parques surgem das mudanças acontecidas na segunda metade do século XV e do século XVI – período do Renascimento – devido às transformações culturais, sociais e econômicas, juntamente à valorização da razão humana e da natureza; acarretando uma mudança na configuração dos espaços públicos nas principais cidades da Europa. É com o Renascimento, também, que surge o jardim italiano ou renascentista, que organizava as árvores de forma a manter um alinhamento num arranjo simétrico gerando uma organização racional.

De acordo com Terra (2004 *apud* FERREIRA, 2005) Os jardins botânicos começam a ser planejados obedecendo à estética dos jardins de prazer – afastados do centro, geralmente em propriedades privadas, que eram objetos de deleite proporcionando momentos de satisfação plena – ainda durante o Renascimento. No século anterior, XVI, esses parques ganharam uma visão romântica, eram fragmentos da natureza no meio urbano, sendo vistos como solução para os problemas [ambientais] da cidade e, já no fim do século seguinte, XVII, surge o jardim francês – ou clássico – caracterizado por mostrar a dominação do homem sobre a natureza.

O jardim romântico inglês substitui, ainda segundo o autor, o jardim francês com um novo modelo de linhas curvas, modelando colinas, rios, gramados e árvores, no século XVII. Os jardins da Europa no século XVIII preocupavam-se em atender a idéia de ser um autêntico parque natural, sendo fonte de sensações e surpresas inspiradas no classicismo. No fim do século XVIII e início do XIX são projetados os primeiros espaços ajardinados e parques urbanos destinados para o uso público, mas, os parques e jardins reais só eram abertos em ocasiões especiais, até o período pós-industrial.

Com a revolução industrial do século XVIII surgem os primeiros parques urbanos da Inglaterra, visando atender à demanda de equipamentos de lazer e recreação para os operários e, também, como instrumento oriundo da expansão urbana que impunha um ritmo de trabalho acelerado e exigia o surgimento de espaços que funcionassem como “pulmões”, amenizando o crescimento das cidades baseadas na exploração/destruição de florestas. Os parques assumiram, ainda, um papel de “oásis” em meio às modernas construções urbanas, um lugar de

contemplação e de estímulo à imaginação, além de revigorar a atmosfera; dessa maneira, os parques ingleses do século XVIII, originados de idéias românticas, serviram de inspiração para os parques posteriores que passam a ver a natureza como algo fascinante, e não mais ameaçadora, através de estudos sobre a fauna e a flora (SCALISE, 2002; SILVA, 2003).

É nesse momento que surgem as cidades-jardins, pensadas tentando aliar a cidade com o campo, pois, Howard (2002) acreditava que essa estreita relação era a solução para os problemas de insalubridade, pobreza, poluição e crescimento populacional – marcas da intensa migração do campo para a cidade no período industrial. Para o autor, o desenho das cidades deveria consistir em uma estrutura circular dividida em seis setores que, por sua vez, eram divididos em seis *boulevards* arborizados que se estendiam do parque central até o perímetro externo, além de cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao parque.

No seguinte século (XIX) surgem os jardins contemplativos, parques de paisagens e os parques franceses, sendo que os parques do fim deste século representavam ideais democráticos, considerados fonte de benefícios para a saúde e bem estar da população. É quando os projetos paisagísticos utilizados nesses parques são voltados para a prática do lazer e recreação da população residente (SCALISE, 2002), uma vez que o constante crescimento das cidades fez com que as empresas/instituições exigissem sempre uma maior produção dos seus operários – período da Revolução Industrial, quando o homem quase não possuía tempo livre para o lazer, conforme explicitado anteriormente; e baseados num ideal paisagístico de um espaço de grande porte predominado por elementos naturais que servem como um plano de fundo.

Durante o século XIX, os parques eram idealizados para bairros burgueses com o objetivo de exibição social, de *status*. Isso mostra que desde que os parques surgiram, passaram por diversos significados e configurações, como o parque La Villette – nos limites de Paris – com função de convergência social com pouca área verde e voltada para atividades culturais e o *Central Park* de Nova York que possui grande área verde de paisagem pastoral, com gramados e lagos que visam à contemplação e preservação de área natural. A partir desse momento, vários bairros começaram a ser denominados com nomes de jardins (Jardim América, Jardim Primavera, Jardim Europa, por exemplo, entre vários outros por todo o Brasil).

Em território brasileiro, as áreas verdes recebem mais atenção a partir do final do século XVIII e durante o século XIX sob discurso higienista e projetos de arborização nas cidades (TERRA, 2004 *apud* FERREIRA, 2005). Mas é no século XX que o Brasil passou realmente a possuir parques urbanos com a implantação de três parques no Rio de Janeiro: o Passeio Público, Campo de Santana e o Jardim Botânico – o mais conhecido, criado como Real Horto, inaugurado ainda no império, mas que só foi aberto para o público após a Proclamação da República recebendo o nome atual. Ainda nesse século são inaugurados o Parque do Ibirapuera (SP) e o Parque do Flamengo (RJ), os primeiros grandes parques voltados para o lazer no país.

As transformações (econômicas, sociais e culturais) ocorridas na sociedade brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 trouxeram o foco das políticas públicas para os parques, fazendo com que estes recebessem novos significados e, conseqüentemente, exigindo uma revisão nos pressupostos de definição e conceituação de parque. Essas transformações causaram, ainda, mudanças comportamentais que ajudaram a definir novos significados ao lazer e à recreação que, por sua vez, atribuíram novos papéis aos parques mudando a forma de tratamento recebido, segundo Barcellos (1999 *apud* FERREIRA, 2005), através de duas vertentes de ações: a primeira vertente é a mais evidente e consolidada linha de ação, visando a conservação de recursos naturais – em especial, remanescentes de vegetação nativa em áreas sob pressão dos impactos da urbanização. Essa linha ganha força na década de 1980, quando o Estado Brasileiro assume a preocupação com a questão ambiental. Essas funções são associadas a atividades de lazer limitadas para uso da população, mantendo o parque como unidade de conservação a preservação de áreas naturais. Já a segunda vertente de ações, menos evidente, retrata o uso do parque como elemento de dinamização da economia urbana ligadas, principalmente, a atividades de lazer e turismo. Essa “nova” função requalifica os parques sugerindo novas denominações e objetivos – como parque ecológico e parque temático (MACEDO; SAKATA, 2003).

No âmbito do turismo, os parques urbanos representam uma maneira de preservar o meio ambiente transformando-os num potencial atrativo turístico de contemplação da natureza podendo, possuir equipamentos para a prática de atividades ligadas ao lazer e recreação da população que reside no entorno do parque e, também dos turistas. Partindo dessa premissa, a gestão implantada nos

parques urbanos pode se tornar uma forte e importante ferramenta na luta para a preservação do meio ambiente, inclusive, considerando o turismo como grande aliado.

É sabido que o chamado turismo sustentável é algo que está em constante crescimento incentivado pela consciência ambiental que vem passando por um crescimento significativo não apenas por parte dos empresários do segmento turístico (muitas vezes movidos pela visibilidade, *status*, possíveis benefícios fiscais, além de possível aumento no lucro arrecadado), mas também por parte do mercado consumidor formado cada vez mais por turistas preocupados com as questões ambientais e que prezam estabelecimentos e atrativos turísticos que respeitem seus aspectos naturais.

Diversas questões propiciam a implantação de parques urbanos, mas a evolução ambiental é mais focada nos motivos que levaram os parques a serem requalificados e receberem novas formas de uso. Então, os parques urbanos passam a possuir uma importância ainda maior para a sociedade como um todo assumindo, nos dias de hoje, papéis como:

- Preservação ambiental;

- Local para a prática de atividades de lazer;

- Local para a realização de eventos e manifestações culturais (quando possuem estrutura e equipamentos para isso);

- Espaço para realização de programas de Educação Ambiental;

- Local para realização de programas sociais.

4 PARQUES URBANOS NO CONTEXTO DE SALVADOR

No momento em que atividades como a agricultura, a pecuária e a indústria são instaladas, implantam um processo de simplificação biológica¹ nas áreas verdes – geralmente com vasta diversidade natural – para que o homem obtenha recursos que lhe são necessários/rentáveis e que não se encontram na quantidade considerada suficiente. Essa situação acontece, também, quando empresas privadas se apoderam de áreas verdes – muitas vezes localizadas em áreas de proteção ambiental (APA) ou outras unidades de conservação (UC) – para a construção de empreendimentos imobiliários de caráter residencial ou empresarial, e que podem ser, também, locais privados voltados para o lazer como parques temáticos, todos com objetivo específico a obtenção de lucro.

Essa pressão imobiliária, exercida especialmente por empresas da construção civil, talvez seja, nos dias atuais, uma das maiores ameaças aos espaços que possuem riqueza natural (CAMPOS FILHO, 2001). No Brasil a situação não é diferente, apesar de considerado um dos países mais ricos em diversidade natural o país tem sofrido com constantes ataques a sua fauna e sua flora. A riqueza genética existente no país aumenta a responsabilidade de conservação desse patrimônio – composto por fauna, flora, sítios naturais de importância científica e histórica e paisagens notáveis – que acaba sendo um bem comum não apenas à nação, mas a toda humanidade e, para isso, é importante tentar conciliar as necessidades de desenvolvimento econômico e social com os processos naturais da evolução natural do meio ambiente.

Sendo assim, o Estado Brasileiro assume o direito e o dever de preservar todo o patrimônio existente no interior de suas fronteiras através da criação de um sistema efetivo de áreas naturais que conta com leis rigorosas e fiscalização permanente com punição efetiva para aqueles que as desrespeitem/desobedeçam. No momento da elaboração de leis ambientais, o respeito às necessidades do homem além de sua íntima relação e interdependência com a natureza, possibilita que as gerações futuras possam usufruir dos mesmos recursos e benefícios

¹ Simplificação biológica é o processo de empobrecimento das áreas naturais decorrente da constante e exacerbada degradação dos elementos naturais e ecossistemas existentes em um determinado local, principalmente com o objetivo de implantação de novos empreendimentos e/ou ampliação de áreas agrícolas e pecuárias.

oferecidos pelo ambiente no presente. No âmbito econômico, a importância dessas áreas ricas em diversidade ambiental se torna evidente pela manutenção de recursos necessários à agricultura e da pecuária além de recursos indispensáveis para uso na medicina e biotecnologia (ECOPLAM, 1999).

Toda a riqueza natural existente ao longo do território brasileiro vem sofrendo, como já dito anteriormente, com a dominação de espaços públicos por parte da iniciativa privada buscando aproveitar as melhorias implantadas naquele espaço como nova fonte de renda. Isso quando essas melhorias não são exigidas ou implementadas por um grupo de empresas privadas que adquiriram terrenos em um determinado bairro ainda sem infra-estrutura no momento em que possuem pouco valor de mercado e baixo interesse de investidores.

Em linhas gerais, especulação imobiliária é definida por Campos Filho (2001, p. 48) como “[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos[...]”. Ainda segundo o autor, os empreendimentos imobiliários tendem a pressionar que o poder público permita a construção de mais prédios nas áreas centrais devido ao grande valor de mercado que possuem, pressionando, por sua vez, que haja mudanças no zoneamento da cidade que, de acordo com Scheinowitz (1983, p. 106) é,

[...] a divisão da cidade em zonas dedicadas a uma função dominante, mas não exclusiva. Trata-se de um processo de ordenamento que, pela concentração das infra-estruturas, busca uma produtividade maior. O zoneamento implica em que sejam estabelecidas normas de classificação do solo. Para isso são feitos mapas que definem os locais reservados à habitação, aos serviços educativos e de saúde, à indústria pesada, à indústria leve, ao comércio, as grandes instalações auxiliares dos transportes, assim como às zonas a serem preservados como áreas verdes.

E complementa afirmando que:

É claro que o zoneamento não pode ser rígido e que cada zona pode ser caracterizada legalmente por um grau de convivência de diversas funções; é assim que a definição das áreas verdes poderá incluir os terrenos destinados ao esporte, as áreas habitacionais poderão incluir certas funções comerciais, tais como o abastecimento alimentar, hotéis e restaurantes e as áreas industriais poderão prever locais para escritórios ou atividades comerciais de apoio (SCHEINOWITZ, 1983, p. 109-110).

As mudanças, geralmente impostas pela iniciativa privada, causam mudanças na paisagem urbana que interferem na vida da população. O encarecimento dos terrenos e a criação de empreendimentos imobiliários voltados para a classe média e/ou média-alta descaracterizam, muitas vezes, o ambiente

local e segregam a população, expulsando antigos residentes que não possuem renda “suficiente” para se manter com o novo padrão de vida implantado no local.

[...] a realização de empreendimentos imobiliários com observância dos critérios exigidos garante um determinado padrão de qualidade ao produto, mas eleva o investimento realizado, encarecendo o produto final. No limite, chega-se ao paradoxo segundo o qual a observância da regulação urbanística e ambiental, no caso da atividade imobiliária, agrega valor ao produto, encarecendo-o e, conseqüentemente, elitizando-o e tornando-o inacessível para os segmentos mais pobres da população (COSTA; PEIXOTO, 2007, p.325).

Além do desgaste e/ou degradação ambiental causado pela instalação de novos empreendimentos voltados para turistas estrangeiros que vem passar férias em hotéis ou adquirem casa de veraneio em condomínios fechados de alto luxo – a especulação incentiva o crescimento da cidade para locais mais distantes. Com os espaços públicos não é diferente, as áreas com riqueza vegetal, especialmente áreas de parques como Joventino Silva e o Pituaçu, tendem a ser um atrativo para empreendimentos residenciais que pretendem se instalar nas proximidades sem que, em muitas situações, esses mesmos empreendimentos possuam alguma preocupação em conservar essa área verde que amplia o seu próprio valor de mercado.

4.1 Áreas Verdes no Brasil

De acordo com o estudo desenvolvido pela ECOPLAM (1999), a idéia de proteger áreas verdes não é algo recente no Brasil. No período colonial já havia a preocupação com a excessiva derrubada de pau-brasil e com o corte de árvores de mangue nas capitanias, também houve preocupação com as queimadas para a ampliação da área de plantação de cana-de-açúcar e com as florestas exuberantes do nordeste. Em 1977, as matas do Brasil recebem atenção quanto à sua conservação na Carta Régia. A mortandade de peixes-bois, tartarugas amazônicas e seus ovos, além do excesso de mortes de baleias também foram lembrados por aqueles que já se preocupavam com a conservação da fauna brasileira. Porém, a legislação existente naquele momento era ineficiente para proibir/coibir a ação de exportadores dos recursos naturais.

Como forma de minimizar os efeitos negativos reduzindo o ritmo desse empobrecimento (citado anteriormente) de reservas naturais, começou a se pensar na criação de um sistema de áreas protegidas. De acordo com a ECOPLAM (1999),

esse sistema, quando baseado num planejamento que abranja e obedeça a critérios científicos resguardando o maior número de espécies animal, vegetal e ecossistemas existentes, hoje, tende a ser uma importante ferramenta a favor da conservação das áreas verdes. Isso pode ajudar o Brasil a reverter sua posição, negativa, entre os países com uma extensão de áreas protegidas abaixo da média mundial.

Ainda de acordo com o estudo realizado pela ECOPLAM (1999), apenas na década de 1930 é que são criadas, no Brasil, uma série de medidas legais referentes a proteção da natureza, a começar pelo decreto 23.793 de 23/01/1934 que transmitia ao povo a preocupação governamental quanto à proteção dos recursos naturais pelo seu valor ambiental e não pelo possível valor econômico. É também nessa década que são promulgados os primeiros Código Florestal, Código de Caça e Pesca e Código de Águas que logo seriam considerados insubsistentes. O novo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15/09/1965) cria como novas categorias de áreas protegidas os Parques e Florestas de âmbito nacional, estadual e municipal, e as Reservas Biológicas.

Ainda de acordo com a ECOPLAM (1999), a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada através do Decreto nº 73.030 de 30/10/1973 com a responsabilidade de criar novas categorias de áreas naturais protegidas em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) e administrar as categorias federais – origem das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APA). Na década posterior surgiu um outro sistema de áreas protegidas com valor legal e independente do sistema gerenciado pelo SEMA. Os dois sistemas, o mais novo gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF – criado a partir do Decreto-lei nº 289 de 28/02/1967, ampliaram a superfície total das áreas protegidas, mas fez surgir uma confusão com as nomenclaturas e conceitos.

O IBDF possuía a responsabilidade de fiscalizar e fazer cumprir a legislação vigente sobre as áreas protegidas, e foi o órgão criador do primeiro Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, onde foram estabelecidos critérios (técnico-científicos) para a seleção de áreas que seriam destinadas a criação de Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Também instituiu novas categorias de áreas protegidas nomeadas de Monumento Natural, Santuário de Vida Silvestre, Rio Cênico, Estrada Parque, Reserva de Recursos Naturais, Reserva de Fauna, Parque Natural e Monumento Cultural (ECOPLAM, 1999).

Houve, ainda, a criação de duas novas categorias na legislação com finalidade de preservar áreas destinadas aos objetivos do turismo sob forma de Lei nº 6.513 de 20/12/1977 – Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico. Entretanto, ao analisar a proteção de áreas naturais no âmbito estadual nota-se, a partir desse momento até os dias atuais, a inexistência de um consenso entre os governos estaduais sobre a preservação de suas áreas verdes fazendo com que alguns estados criem sistemas de grande valor enquanto outros, quando existem, são criados de maneira insatisfatória. Entidades e empresas privadas também se interessaram em preservar as áreas verdes que possuíam, principalmente com objetivos de pesquisa e ensino.

Em 1981 é formulada a Lei 6.938 de 31/08 – Política Nacional do Meio Ambiente – que passa a ser a base legal mais completa esclarecendo uma definição sobre a política ambiental adotada. Embora alguns entendidos acreditem que essa legislação seja apenas uma série de imposições legais que não são ligadas à realidade e cotidiano por deixar de lado possíveis interesses que poderiam tender a opinião daqueles que são contra ou a favor da Política Nacional, o fato é que:

As áreas naturais protegidas existentes são insuficientes em extensão total, não representam satisfatoriamente a multiplicidade de ecossistemas existentes no país, carecem de uniformidade de nomenclatura e conceituação e apresentam profundas deficiências de gestão e fiscalização. (ECOPLAM, 1999, p. 17)

Essas falhas existentes na legislação ambiental do país causam um crescimento acelerado e gradativo na destruição de áreas verdes remanescentes com ecossistemas únicos e importantes sem a preocupação de estabelecer um sistema que preserve a biota em toda sua diversidade. O Congresso Nacional aprovou, em 18/07/2000 sob a Lei nº 9.985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – que, apesar de não ser o ideal, representa avanços na busca de um sistema que contemple todas as categorias de unidades de conservação de maneira satisfatória e que serve, até hoje, como base para decisões juntamente à legislação ambiental federal.

Uma maneira de tentar suprir essas falhas, além da formulação de decretos e leis nas esferas estadual e municipal que contemplem as áreas verdes fora do sistema nacional, é o desenvolvimento das leis de zoneamento do território municipal.

4.2 Áreas Verdes de Salvador – Legislação Vigente

Apesar de tantas categorias existentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existem algumas áreas verdes que não se encaixam nos critérios necessários para serem geridos pela esfera nacional e passam a ser de responsabilidade do estado e do município. Isso quer dizer que apesar de terem que seguir as leis ambientais federais, as áreas verdes localizadas dentro do território do município ficam sujeitas à legislação promulgada pela prefeitura municipal através, geralmente, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU.

Dessa forma, a seguir tenta-se descrever um pouco como é feita a gestão dessas áreas verdes abordando suas características ambientais da cidade como um todo a fim de facilitar a compreensão e visualização do Parque Joventino Silva dentro do contexto municipal, baseando-se em informações contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2008), na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (SEMARH) e o Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia (SEIA) e a Secretaria do Meio Ambiente (SMA).

Salvador é uma cidade com rica cobertura vegetal composta, principalmente, por Mata Atlântica, restingas (no parque das Lagoas e Dunas de Abaeté, algumas áreas do parque de Pituauçu e uma pequena área do Parque Joventino Silva) e manguezais (na Baía de Aratu, manguezal do Cabrito, e manguezal do Passa Vaca em Jaguaribe). De uma maneira geral, essa vegetação existente em Salvador, encontra-se em estado de degradação acentuada; muitas vezes causados pela pressão imobiliária, pelo lançamento de esgoto, acúmulo de lixo e entulhos, lançamento de dejetos industriais etc.

Para tentar minimizar essa situação, foram criadas, ao longo de todo território da capital baiana, várias Unidades de Conservação (UC) que são:

Art. 215. As Unidades de Conservação configuram um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, SNUC, criado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SALVADOR, 2008, p. 113).

As unidades de conservação podem ser de proteção integral, visando a preservação do ambiente admitindo, apenas, o uso indireto de seus recursos, como as Estações Ecológicas; Reservas da Biosfera; Parques; Monumentos Naturais e Refúgio da Vida Selvagem; ou de uso sustentável, que tenta conciliar a conservação do ambiente com o uso sustentável (ou responsável) de seus recursos e são: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional, Estadual ou Municipal; Reserva Extrativista; Reserva da Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável; podem, também, ser de esfera municipal, estadual ou federal a depender do seu grau de relevância para a sociedade.

Mas o PDDU não se restringe apenas a explicar o que vem a ser cada tipo, categoria e/ou subsistema de unidades de conservação, é responsável por explicitar e legalizar a política municipal do meio ambiente que rege todos os objetivos gerais, princípios, e diretrizes que dizem respeito ao meio ambiente de Salvador, conforme explicitado em seu artigo 17 descrito a seguir:

Art. 17. A Política Municipal de Meio Ambiente fundamenta-se no direito universal ao ambiente sadio e equilibrado, o que pressupõe o respeito à fragilidade e à vulnerabilidade de todos os seres vivos, o reconhecimento de sua interdependência, além do respeito à capacidade de suporte dos sistemas de apoio à vida como condição indispensável ao estabelecimento de um ambiente humano saudável (SALVADOR, 2008, p. 12).

No Quadro 1 estão descritos os instrumentos existentes dentro da política municipal com sua respectiva descrição, em síntese:

Instrumento	Descrição
Legislação Ambiental	Decretos, leis e diretrizes que regulam e protegem as áreas verdes e determinam punições para infratores ambientais
Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA)	Instrumento de gestão ambiental e controle social na formulação e fiscalização da Política Municipal de Meio Ambiente;
Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM)	Agiliza a conservação das áreas do território municipal de reconhecido valor ecológico e urbano-ambiental
Plano Municipal de Meio Ambiente	Instrumento básico da Política Municipal de Meio Ambiente
Programa Municipal de Qualidade Ambiental Urbana	Conjunto de metas a serem elaboradas e implementadas de maneira gradual e contínua pelo município

Quadro 1: Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente
Fonte: Adaptado SALVADOR (2008)

Hoje Salvador possui 16 unidades de conservação dentro do seu território, divididos em 3 categorias descritas, de forma geral, no Quadro 2:

Unidade de Conservação	Descrição
1 Reserva Ecológica – Reserva Ecológica Municipal Ilha de Maré	Áreas com objetivo de proteger e manter as florestas, formações de vegetação natural públicas e privadas e outras áreas de preservação permanente;
4 Áreas de Proteção Ambiental (APA) – APA Baía de Todos os Santos, APA Lagoa e Dunas do Abaeté, APA Joanes - Ipitanga, APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu	Objetiva a proteção de recursos naturais dentro de um contexto de ocupação humana, permitindo a manutenção do estilo de vida da área junto com a permanência das propriedades particulares, assegura o uso sustentável
11 Parques	Objetiva a proteção de recursos naturais e culturais, preservando a fauna, a flora e os sítios arqueológicos, permitindo a visitação pública, pesquisa e educação ambiental

Quadro 2: Unidades de conservação de Salvador
Fonte: Adaptado SALVADOR (2008)

As unidades de conservação de Salvador estão espalhadas por todo território municipal, conforme mostrado na Figura 2, abaixo:

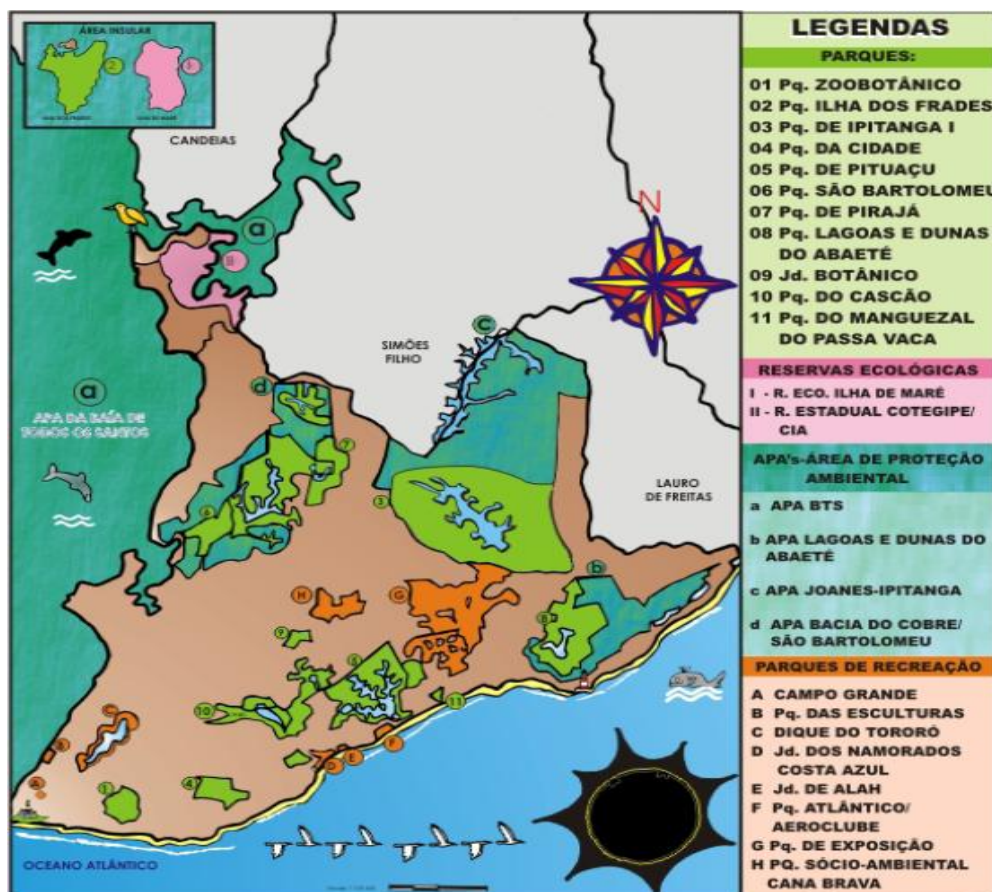


Figura 2: Unidade de Conservação de Salvador²
Fonte: Salvador, 2006

² Apesar de estar marcada no mapa municipal, a Reserva Ecológica Estadual CotegiPE/Cia não se localiza dentro dos limites de Salvador, e sim no município vizinho de Simões Filho.

4.3 Parques Urbanos em Salvador – Gestão Municipal

Salvador é uma cidade com rica diversidade ambiental (flora e fauna) e, como várias outras cidades e capitais do país, e até mesmo do planeta, vem sofrendo com a degradação constante e gradativa de seus ecossistemas. Grandes empreendimentos privados tem se apossado de áreas verdes devastando mangues, restingas, deixando a beira da extinção ecossistemas frágeis, como as dunas de Abaeté. Na tentativa de minimizar esses danos, a prefeitura de Salvador, ao longo de várias gestões, criaram unidades de conservação, dando preferência àquelas localidades que possuem grande valor natural.

É entre esses 11 parques que se encontra o Parque Joventino Silva, conhecido como Parque da Cidade. Também são parques urbanos de Salvador: o Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, Parque Ilha dos Frades, Parque Metropolitano Ipitanga I, Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque São Bartolomeu, Parque Metropolitano de Pirajá, Parque das Lagoas e Dunas do Abaeté, Jardim Botânico de Salvador, Parque do Cascão e Parque do Manguezal do Passa Vaca. Além das unidades de conservação, Salvador conta, ainda, com outros parques e áreas significativas com utilização voltada, principalmente, para o lazer da população. São o Parque do Jardim dos Namorados/Costa Azul, Parque do Jardim de Alah, Parque Atlântico/Aeroclube – existente apenas na teoria, Parque Dique do Tororó, Parque das Esculturas, Praça 2 de Julho/Campo Grande, Parque de Exposições e o Parque Sócio Ambiental de Canabrava.

O Parque Joventino Silva, Parque da Cidade, é categorizado como parque urbano de Salvador e dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), começa a ser definido como uma das Áreas de Valor Urbano-Ambiental descritas no PDDU como:

Art. 223. Áreas de Valor Urbano-Ambiental são espaços do Município, públicos ou privados, dotados de atributos materiais e/ou simbólicos relevantes do ponto de vista ambiental e/ou cultural, significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental, para a conservação da memória local, das manifestações culturais e também para a sociabilidade no ambiente urbano (SALVADOR, 2008, p. 119).

Dentro dessa categoria, por sua vez, existem as subcategorias Áreas de Proteção de Recursos Naturais (APRN), Áreas de Proteção Cultural e Paisagística

(APCG), Áreas de Borda Marítima (ABM), Espaços Abertos de Recreação de Lazer (ERL) e Áreas Arborizadas (AA) que descrevem um pouco mais cada tipo de área. Sendo o Parque Joventino Silva enquadrado entre os Espaços Abertos de Recreação de Lazer são, ainda segundo o PDDU (SALVADOR, 2008, p. 134):

Art. 241. Os Espaços Abertos de Recreação e Lazer são áreas urbanizadas, dotadas ou não de atributos naturais, destinadas ao convívio social, ao lazer, à prática de esportes e à recreação ativa ou contemplativa da população, compreendendo as subcategorias:

I - Parques Urbanos;

II - Espaços Abertos Urbanizados.

Assim, finalmente os parques urbanos – como o Joventino Silva – são descritos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador como:

§ 1º Parque Urbano, PU, é a área pública dotada de atributos naturais, parcial ou completamente urbanizada, destinada ao lazer ativo e contemplativo, à prática de esportes e atividades recreativas e culturais da população. (SALVADOR, 2008, p. 134)

Para melhor visualização de como se classifica um parque urbano dentro do PDDU de Salvador, se esquematizou a seguinte figura:

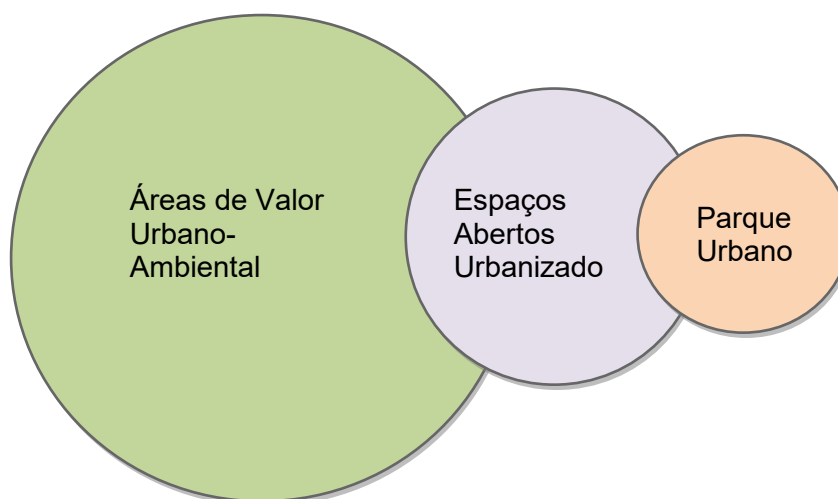


Figura 3: Classificação do Parque Urbano
Fonte: Organizado com base em SALVADOR (2008)

De acordo com o PDDU de Salvador, do ano de 2008, podemos classificar o Parque Joventino Silva, então, como parque urbano, sendo um espaço aberto urbanizado dentro das áreas de valor urbano-ambiental do município.

5 PARQUE JOVENTINO SILVA

Esse capítulo tem por objetivo apresentar o objeto de estudo – Parque Joventino Silva, ou Parque da Cidade – resgatando o momento e contexto de quando foi instaurado enquanto parque e traçando suas características iniciais, natural e estrutural. Visa, ainda, esclarecer quais as formas de uso e quais as funções existentes em seu território, desde o momento de sua inauguração, focando no projeto Música no Parque e no programa Mais Social que acontecem dentro dos limites do parque. Por fim, procura-se fazer um diagnóstico do parque nos dias atuais, retratando todas as transformações, benéficas e maléficas, ao longo do tempo e como isso influenciou para o atual estado do parque.

5.1 História e Caracterização

Inserido na área urbana de Salvador, o Parque Joventino Silva, comumente conhecido como Parque da Cidade, que está próxima a orla Atlântica circundado por áreas residencial, comercial e de serviços, conforme Figura 3.

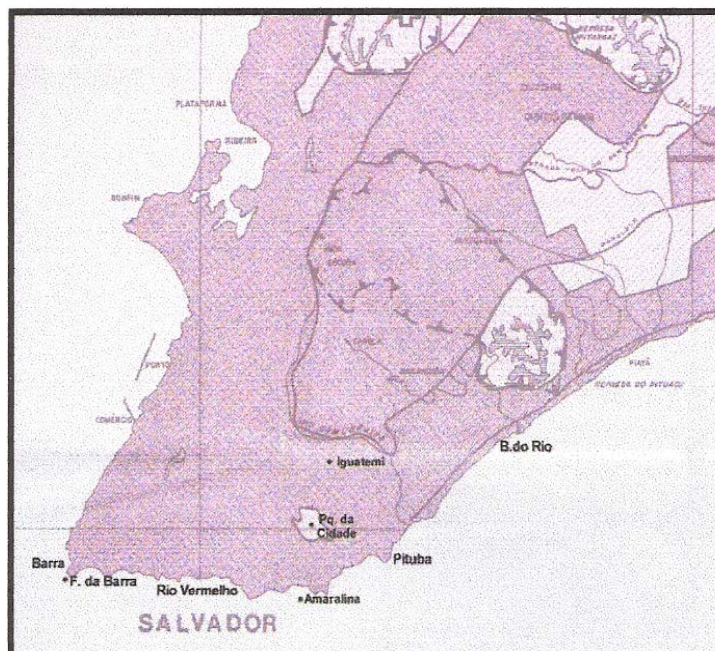


Figura 4: Mapa de localização do Parque Joventino Silva
Fonte: ECOPLAM (1999)

O Parque Joventino Silva é uma área verde localizada (conforme Figura 4) entre os bairros da Pituba, Itaigara, Santa Cruz e Nordeste de Amaralina, e tem sua criação datada em 1973. Muitos afirmam que todo seu território fazia parte da fazenda Pituba, pertencente a Joventino Silva – herdeiro de Manoel Dias da Silva – e que foram doadas para a criação do parque no momento em que acontecia a urbanização do novo bairro, também chamado de Pituba que baseou-se no projeto de urbanização “Cidade Luz” criado pelo engenheiro Theodoro Sampaio. A Planta de Arruamento da “Cidade Luz” foi lançada em 21 de abril de 1919 e pensada de acordo com as terras da fazenda de mesmo nome, que pertencia a Manoel Dias, para ser implantada na mesma área.



Figura 5: Limitações do Parque Joventino Silva

Fonte: Google Maps

Entretanto, Renato Sá – administrador de empresas, atual coordenador de Patrimônio e ex-funcionário da antiga EMPISA, empresa ligada à Pituba Imobiliária S/A (Pitubasa) que pertencia a Joventino Silva – afirma, em entrevista ao Jornal A Tarde do dia 2/08/2009, que, na realidade, apenas uma parte das terras foram doadas à prefeitura. Isso porque a Pitubasa era a responsável pelo loteamento Nossa Senhora da Luz, que fazia parte do projeto de Theodoro Sampaio,

mas o loteamento não chegou a ser executado devido a muitos lotes que não foram vendidos gerando uma grande dívida com a fazenda pública (A TARDE, 2009).

Como forma de quitar a dívida, a prefeitura indicou a desapropriação de uma área do território da fazenda, e, em 1973, o então prefeito Clériston Andrade decretou a desapropriação de uma área total de 1.255.278,20 m² sob o Decreto 4.522 de 30/10 para a criação de um parque urbano no novo bairro que surgia. Entretanto, Renato Sá (A TARDE, 2009) diz que apenas 264 mil m² foram transferidos da Pitubasa à prefeitura municipal como forma da quitação de dívida, 460 mil m² foram desapropriados com pagamento de indenização referente a área, uma vez que Joventino Silva teria se negado a doar ou negociar valores mais baixos, mesmo sabendo que a prefeitura daria seu nome ao parque (A TARDE, 1972). Isso implica que, contrariando o que foi decretado – e o que é afirmado até os dias de hoje em documentos oficiais –, o Parque Joventino Silva foi criado com uma área total de 724 mil m².

Mas, apesar do Parque Joventino Silva conter grande diversidade natural, não faz parte das unidades de conservação regulamentadas pelo SNUC; recebeu o nome de parque como poderia ter recebido outra denominação, conforme descrito no Estudo Preliminar de Impacto Ambiental que diz que “[...] Parque da Cidade – não é uma Unidade de Conservação nos moldes previstos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. É um nome fantasia dado a uma área verde conseqüente do Decreto e Lei Federal 3365/41”. (SALVADOR, 1999, p. 20)

O Parque Joventino Silva é classificado, ainda, como um parque setorial sendo:

uma área verde protegida destinada ao uso da população urbana de Salvador em suas várias faixas etárias, que contém uma exuberante cobertura vegetal e apreciável variedade de espécies vegetais características e remanescentes do outrora denso e extenso manto vegetal de recobria a porção sul de península soteropolitana (Lei 3525 de 11/09/1985 *apud* SALVADOR, 1999, p. 20)

A primeira proposta de intervenção no parque foi pensada em 1990 com base em avaliação das atividades realizadas no parque e identificação de tendências e com o objetivo de melhorar suas condições de uso e preservação ambiental mantendo suas peculiaridades. Entre as melhorias estavam a limpeza de córrego e áreas assoreadas, a instalação de um trenzinho que passeariam pelo parque parando em cada uma das áreas citadas no Quadro 3, a criação de uma avenida limitando o setor sul do parque e a invasão “Nova República” oferecendo

um local de circulação para os moradores e inibindo o crescimento para o interior do parque, além, claro, da limpeza, manutenção, preservação e policiamento que manteria a qualidade do parque oferecendo segurança aos freqüentadores. A fim de facilitar o desenvolvimento e implantação dessas melhorias, o parque foi dividido em 9 zonas/áreas detalhadas no quadro a seguir:

Áreas	Equipamentos
Área I	Parque infantil: equipamentos de recreação, lanchonetes/salão de festas, sanitário, quiosque, lixeiras, bancos, telefones, barracas para baianas
Área II	Sede da LAR – Liga de Assistência e Reintegração (atual Mais Social)
Área III	Anfiteatro: arquibancada para 1.500 pessoas, sanitário, quiosque, telefone, lixeira
Área IV	Espaço esportivo: quadra poliesportiva, equipamentos de ginástica, módulo policial, quiosque, lixeira, mirante, telefone
Área V	Sorveteria/Lanchonete/Mirante: serviços de bar, lanches, sorveteria, sanitário, barraca para baiana, mirante, telefone, lixeira
Área VI	Horto/Exposições/Centro de Educação Ambiental: área para mudas, depósito, estufa, canteiro, salão polivalente (cursos, laboratórios), salão de exposições e vendas, sanitários, administração, telefone, lixeira
Área VII	Parque de Diversão: brinquedos eletromecânicos, sanitário, quiosque, barraca para baiana, telefone, lixeira, bancos
Área VIII	Portaria/Administração: telefone, banco, módulo policial, sede da administração
Área IX	Reserva Florestal: área indicada para preservação permanente devido ao relevante interesse ecológico, possuindo características naturais extraordinárias e abrigando exemplares raros da biota regional, flora e fauna em equilíbrio

Quadro 3: Zoneamento do Parque Joventino Silva
Fonte: Organizado em base em SALVADOR (1990)

Em 12 de outubro de 2001, depois de várias intervenções, foi firmada uma parceria entre a prefeitura e a Petrobrás realizou um projeto de reurbanização do parque entregando-o à população nas atuais características físicas e estruturais. Assim, o parque tem importância na preservação ambiental por contar com cerca de 720m² de área verde que abriga rica flora com vegetação de Mata Atlântica que faz transição – exclusivamente nesse local da cidade – para as dunas; isso faz com que seja possível encontrar diversas espécies como ipê roxo, pau-paraíba, oiti, sucupira, coqueiros, dendezeiros, jaqueiras, mangueiras, sapotizeiros, bromélias e orquídeas. Também conta com a presença de pântanos devido ao seu solo argiloso e uma fauna que conta com a presença de mamíferos (especialmente sagüis e sariguês), aves, répteis (lagartos) e anfíbios.

Estruturalmente, o parque também possui quadras poliesportivas, parquinhos infantis, equipamentos de lazer e ginástica, pista de *cooper* com 3.500 metros de extensão, ciclovia, praça, área para piquenique, lanchonetes, um posto médico, áreas de concentração e encontros próximo a praça de alimentação

(geralmente utilizados por estudantes e grupos da terceira idade), estacionamento com capacidade para 270 automóveis e um anfiteatro, chamado de Dorival Caymmi, com capacidade para 600 pessoas onde são realizados os *shows* gratuitos de artistas populares no projeto Música no Parque, e onde pode ser realizado, também, outros tipos de manifestações artísticas. Os trezinhos foram reativados no momento da intervenção, mas, no período atual está fora de funcionamento.



Foto 1: Pista de Cooper
Fonte: Gisela Fraga, 2009



Foto 2: Brincadeiras na Área verde
Fonte: Gisela Fraga, 2009

5.2 Funções e Usos do Parque

O Parque Joventino Silva surge para ser um espaço verde em meio ao novo bairro que começava a se desenvolver, evitando o crescimento de aglomerado de prédios, e, ainda, voltado para a prática de atividades de lazer e recreação, assumindo, ainda, o papel de local para contemplação e preservação da biodiversidade.

A arborização exerce papel de vital importância para a qualidade de vida nos centros urbanos. Por suas múltiplas funções, a árvore urbana atua

diretamente sobre o clima, a qualidade do ar, o nível de ruídos e sobre a paisagem, além de constituir refúgio indispensável à fauna remanescente nas Cidades. (SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS, 2004, p. 1)

Além desses usos, é possível fazer encontros de jovens, adultos, religiosos, e outros; o parque também oferece espaço para manifestações culturais, prática de atividades esportivas. Por outro lado, ao contrário de muitos parques do Brasil e do mundo, a riqueza natural do Parque Joventino Silva não é “explorada” como um atrativo turístico do destino Salvador, fazendo com que a presença de turistas no local seja mínima ou inexistente. Presença esta que, quando existe, tende a ser motivada pela curiosidade dos turistas que passam pelo parque, por vontade e gosto próprios de conhecer parques naturais urbanos ou indicação de conhecidos. Essa indicação, por sua vez, tende a ser oferecida com base em *shows* e manifestações artísticas e culturais realizados comumente em no anfiteatro no parque.

Dessa forma, atualmente, dois projetos que se destacam na área do parque com finalidades totalmente diferentes: um projeto musical que oferece *shows* gratuitos uma vez por mês – o Projeto Música no Parque – e um programa gratuito que busca auxiliar pessoas de baixa renda em todas as faixas etárias – o Programa Mais Social. Os dois eventos serão tratados a seguir com maior detalhamento.

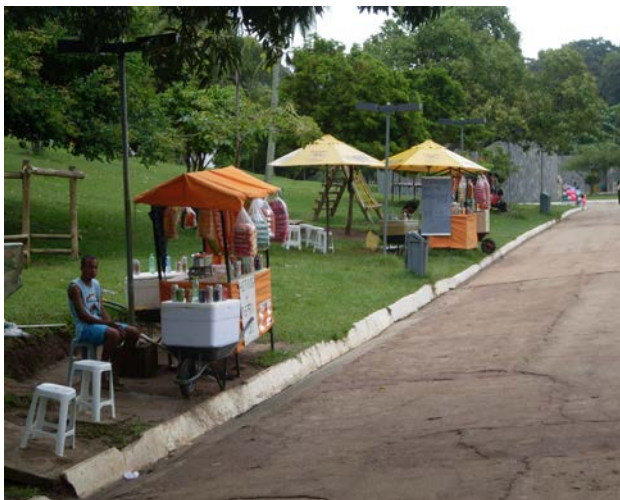


Foto 3: Comércio ambulante dentro do parque
Fonte: Gisela Fraga, 2009



Foto 4: 1º Parque infantil
Fonte: Gisela Fraga, 2009

5.2.1 Projeto Música no Parque

O Projeto Música no Parque foi idealizado pela Caderno 2 Produções Artísticas, uma produtora cultural implantada em 1991 com atuação no mercado baiano e nacional. A empresa possui como meta principal, o desenvolvimento de projetos que primem a qualidade do produto cultural ofertado a preços acessíveis para a população (quando esses produtos não são oferecidos de forma gratuita), além de possuir uma oferta variada de serviços como produção de *shows*, realização de eventos – do planejamento à execução, elaboração, planejamento, administração e coordenação de projetos de *marketing* cultural, captação de recursos, assessoria de imprensa e administração de projetos especiais personalizados³.

No cenário soteropolitano, é o Projeto Música no Parque que deu a Caderno 2 Produções Artísticas visibilidade. A idéia do projeto surgiu inspirada na Lei Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura – e teve início no ano de 2002 sendo realizado no anfiteatro Dorival Caymmi localizado no Parque Joventino Silva (Parque da Cidade) com o objetivo de promover a cultura local através da realização de *shows* gratuitos aproveitando o público que já freqüentava o parque em busca de entretenimento e lazer, e atraindo novos expectadores de todos os lugares da cidade. A realização do projeto era, no início, quinzenal nos fins de tarde de domingo e hoje acontece mensalmente no período da manhã; oferecendo oportunidade para que músicos/bandas em início de carreira mostrem seu talento paralelamente a trabalhadores autônomos (os chamados ambulantes) que também ganham um novo local de trabalho, isso faz com que o parque ganhe uma promoção de forma gratuita enquanto os freqüentadores ganham uma nova opção de lazer.

Quando lançado, o Projeto Música no Parque possuía como patrocinador, além do Governo da Bahia, a rede de supermercados nacional que, inclusive, foi o responsável pela construção, em 2001, do novo anfiteatro com palco fixo de 90 m² de área, cobertura de lona tencionada e a instalação de estruturas

³ Entre os trabalhos desenvolvidos pela empresa para outras instituições privadas/públicas estão eventos comemorativos: da Petrobrás (2003 e 2006), COFIC pelos 30 anos de implantação do Pólo Industrial de Camaçari, 15 anos de implantação da Bahiagás (2009), o evento “Credicard ao Vivo” para a Credicard. Como projetos próprios, a Caderno 2 assina Prêmio Braskem e o projeto MPB Petrobrás (CADERNO 2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, [2006?]).

auxiliares como camarins, banheiros e um depósito, conta também com uma arquibancada com capacidade de 1.300 expectadores. Antônio Imbassahy, prefeito no momento da inauguração do palco, afirmava que “a construção do palco contribui para aprimorar a infra-estrutura do local e oferecer mais opções de lazer e cultura para a população” (SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS, 2004, p. 1).

Em resposta ao questionário, o sr. Dalmo Peres, sócio diretor da Caderno 2, a empresa tem a constante de preocupação de ‘ouvir’ o que o público achou de cada edição através dos emails recebidos e, por vezes, atendendo algumas sugestões de artistas para as próximas edições. Contudo, sr. Dalmo afirma que não é perceptível um perfil padrão dos expectadores do projeto (jovens, adultos, homens, mulheres) nem perceber a origem dos mesmos (estrangeiros, nacionais, comunidade local, turistas); a heterogeneidade dos freqüentadores tende a variar de acordo com o gênero do artista que vai se apresentar, fato que pôde ser comprovado através de observações durante a pesquisa de campo. Em dias de realização do projeto, o parque recebe estruturas extras como sanitários químicos, reforço policial (Companhia de Proteção Ambiental), uma ambulância e um maior número de atrações a parte do *show* (vendedores de lanches e brinquedos, por exemplo).



Foto 5: Projeto Música no Parque – Dia 15/11/2009
Fonte: Gisela Fraga, 2009

Hoje o projeto conta apenas com o patrocínio exclusivo de uma empresa de telecomunicações, através de um segmento da empresa chamado que investe em projetos culturais, esportes, e outros, e recebe da prefeitura apenas a liberação do espaço. Sr. Dalmo acredita que uma parceria mais efetiva e intensa com a prefeitura e com a Saltur (Empresa de Turismo de Salvador) faria com que o Projeto continuasse a crescer tornando-se uma opção a mais de lazer e entretenimento para a população e um possível novo produto turístico a ser comercializado diversificando os roteiros que existem hoje na cidade.

5.2.2 Mais Social

O Mais Social – Movimento de Ação e Integração Social – é uma organização não governamental de caráter assistencial e sem fins lucrativos com sede no Parque Joventino Silva substituindo ou reorganizando a LAR – Liga de Assistência e Reintegração (nome original da instituição no momento da criação do parque) que visa “promover e executar programas sociais em diversas comunidades carentes” (MAIS SOCIAL, [2007?]) de Salvador através de diversos programas que, por sua vez, enfocam trabalhos educativos, culturais, profissionalizantes e de assistência social. Apesar de ser uma ONG, o Mais Social tem a prefeitura de Salvador como principal parceira para sua existência e, por isso, seu estatuto define que a primeira dama do município seja a presidente da instituição. Hoje, são 14 programas que buscam atender diversas faixas etárias da população carente e deficientes tentando conscientizar sobre seu papel de cidadão valorizando o ser humano com todas as suas características e peculiaridades.



Foto 6: Sede do Mais Social
Fonte: Gisela Fraga, 2009

Além da prefeitura, o Mais Social conta com o apoio de instituições privadas e públicas de diversos segmentos como bancos, diversas secretarias municipais, museus, Teatro Castro Alves, e outras. Essas parcerias permitem que seja realizado um maior número de atividades tanto dentro do parque quanto em outros locais. Entre todos os programas desenvolvidos pelo Mais Social, apenas alguns projetos realizam suas atividades dentro do parque, facilitando a frequência por parte da comunidade local que não precisa realizar grandes deslocamentos para participar das atividades realizadas pelos programas. Os programas realizados no parque estão descritos no Quadro 4:

Programa	Público	Atividades
Bem Vindo	Gestantes de baixa renda	Apoio e orientação de uma equipe médica sobre aleitamento materno, cuidados com o recém-nascido, planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis (DST) entre o 6º e o 8º mês de gestação.
Maior Idade	Idosos a partir de 60 anos	Realização de eventos, cursos e passeios de forma a melhorar a auto-estima dos participantes tentando acabar ou reduzir a ociosidade através de quatro projetos: Aprendendo na 3ª Idade – alfabetização, Vivendo Melhor – atividades de lazer, educativas e culturais, Idoso Saudável – incentivo à prática de atividades físicas, e Idade do Produzir – oficinas de artesanato, crochê, bordado, bijuterias e outros.
Mais Saúde	Todos os participantes de todos os programas	Atendimento ambulatorial, médico e odontológico, acesso a palestras sobre DST, diabetes, hipertensão, doenças comuns aos idosos e outras.
Bazar Social	Todos os beneficiados	Comercialização dos artigos confeccionados pelos integrantes do Maior Idade, Mais Futuro, CEPROM.
Planejamento Familiar	Especialmente as novas mães oriundas do programa Bem Vindo	Visa esclarecer a importância do planejamento para o nascimento de uma criança.

Quadro 4: Programas do Mais Social realizados no do Parque Joventino Silva
 Fonte: Organizado com base em MAIS SOCIAL [2007?]

A existência do Mais Social se mostra de suma importância para as comunidades carentes da cidade e para o funcionamento do parque, que ganha mais frequentadores devido às atividades realizadas dentro do parque.

5.3 O Joventino Silva Hoje

Ao observar a área em que se insere o parque, observa-se o contraste entre os bairros circunvizinhos; de um lado, os prédios e construções de classe alta do Bairro Itaigara e, do outro, as construções humildes e invasão nos bairros de Santa Cruz e Nordeste de Amaralina. Segundo um dos oficiais que fazem a segurança do parque, uma parcela da população do Bairro Santa Cruz tem práticas que impactam e degradam as áreas do parque e o muro que cerca o parque, evidenciando o conflito entre a função de lazer e a função de servidão para passagem, necessária para o acesso dos moradores às suas residências.

Segundo informações divulgadas em vários meios de comunicação, alertam que o Parque Joventino Silva já perdeu cerca de 40% de sua área original. A partir da construção do muro envolta do parque, segundo a subgerente – Sra. Vânia

Silva – entrevistada para este trabalho, não há registro de novas ocupações irregulares por parte das comunidades vizinhas.

A atual gestão começou em 2009 quando o parque passou a ser gerido pela Secretaria de Meio Ambiente (SMA) quando a Superintendência de Parques e Jardins (SPJ) foi extinta, e tem como objetivos principais a conservação do seu patrimônio natural, o desenvolvimento de atividades junto à população de Santa Cruz e a organização dos ambientes no parque.

Em relação à área interna, atualmente, sua estrutura encontra-se ameaçada pela falta de manutenção e pelo surgimento de alguns equipamentos móveis (cama-elástica, por exemplo) instalados por ambulantes nos dias de mais movimento. A falta de segurança também é um fator importante (se não o mais relevante) que ameaça a manutenção dos equipamentos. Alguns espaços possuem baixíssima frequência devido à falta de segurança, fazendo com que esses espaços – muitos localizados no interior do parque, rodeados pela vegetação local – se tornem locais para tráfico e ponto de encontro para consumo de drogas.

Em resposta ao questionário, a subgerente do parque, afirma que o período de maior presença de visitantes no parque é entre agosto e outubro devido ao dia dos pais e dia das crianças, ressaltando que esse público é formado por moradores locais. Pelo conhecido dessa gestora, as principais atividades realizadas no parque são *shows*, palestras, piqueniques e confraternização de empresas públicas e privadas, que também desenvolvem atividades relacionadas ao meio ambiente e à saúde.

De acordo com Sra. Vânia, o plano de manejo está sendo elaborado seguindo as diretrizes do SNUC, com data de término prevista para 2013. Até a conclusão do plano, o Parque Joventino Silva continuará com ameaças referentes ao uso do solo e a extração de frutos, muitas vezes realizada por moradores da comunidade vizinha com o objetivo de vender para obtenção de renda.

A atual administração afirma que existe um projeto de conscientização ambiental que visa aproximar a comunidade de Santa Cruz à administração do parque. Com isso, espera-se construir uma relação mais próxima que auxilie a preservação do parque, suprimindo o que o Capitão Brandão, da Companhia Policial de Proteção Ambiental – COPPA, aponta como maior obstáculo no exercício de preservação da área verde do parque. Além disso, existe um projeto que visa incluir o Parque da Cidade no roteiro do Salvador Bus, fazendo com que, caso seja

concretizado, o parque se torne um atrativo turístico da cidade, trazendo a atividade turística para o parque promovendo maior divulgação e estimulando maior frequência de turistas e visitantes locais.

Apesar da subgerente afirmar que os equipamentos passam por vistorias periódicas para acompanhar seu estado de conservação, é possível perceber um grau considerável de degradação pelo tempo como existência de ferrugem e peças de madeira danificadas. A limpeza é feita diariamente, o que confere ao parque um bom estado de higienização, inclusive nas estruturas sanitárias – com duas estruturas compostas com sanitários masculinos e femininos localizados em lugares distintos do parque com objetivo de atender os frequentadores com maior comodidade; e a grama da praça de alimentação é podada a cada dois meses.

Quanto à segurança dos frequentadores é feita pela Polícia de Proteção Ambiental, que faz a segurança física e ambiental faz aproximadamente 15 anos, e pela guarda municipal, responsável apenas pela segurança patrimonial; o parque conta, ainda, com vigilantes terceirizados contratados pela Prefeitura Municipal. Contudo, o baixo efetivo de policiais para a proteção do parque é uma constatação tanto da administração quando da própria Polícia Ambiental, que concordam também, sobre a importância de fornecer um treinamento mais amplo para que a Guarda Municipal possa colaborar com a segurança ambiental, e não apenas das estruturas e equipamentos.

Nos dias em que são realizados eventos no parque, a administração conta com o reforço do Batalhão da Polícia Militar (Iguatemi e Amaralina) e da Rondesp, que trabalham em conjunto a COPPA. Para a subgerente, é necessária a criação de uma parceria regular, ainda, com a Polícia Militar dos locais adjacentes ao parque “uma vez que este se localiza em uma área bastante peculiar entre dois bairros de características sócio-econômicas tão distintas como o Bairro do Itaigara e a Comunidade de Santa Cruz”.

Para o Capitão Brandão, as maiores dificuldades encontradas pela Companhia no momento de fazer a segurança do parque é a topografia acidentada, o constante tráfego de pessoas, a constante depredação do muro que faz o limite do parque e o baixo efetivo (8 policiais por dia). Para ele, o plano de manejo ajudaria a conscientizar e a disciplinar a comunidade e os frequentadores como um todo evitando a degradação ambiental como já ocorrida no córrego que corta o parque. Dessa forma, a Companhia acredita que um projeto de Educação Ambiental seria a

principal arma para reverter a atual situação do parque, através da inserção de próprios moradores, e as escolas de Salvador.

6 CONCLUSÃO

Estudar o funcionamento e a gestão do Parque Joventino Silva no que diz respeito à realização de atividades de lazer e de turismo dentro de sua área no período da atual gestão, mostrou-se de grande importância para conhecer a realidade e a problemática de uma área que tem potencialidade para estas atividades.

O estudo permitiu conhecer, em linhas gerais, quais fatores (ou variáveis) influenciam, positiva ou negativamente, na utilização do Parque Joventino Silva (Parque da Cidade), em Salvador – Bahia, pelo turismo como atrativo para a prática do lazer.

Após a realização de um estudo teórico acerca de todos os elementos que compõem um parque urbano, bem como a caracterização do Parque Joventino Silva, fica perceptível que a gestão de um parque como este, deve ser feito através de uma parceria entre o poder público e a comunidade que costuma freqüentar as dependências do parque e, em especial, os residentes circunvizinhos.

Assim, a hipótese levantada neste trabalho é parcialmente comprovada. Isso porque, os elementos estruturais – manutenção de equipamentos, limpeza, instalações sanitárias, infra-estrutura básica – bem como o fator segurança dos freqüentadores estão influenciando na utilização do Parque Joventino Silva como local para a prática do lazer pela comunidade local. Porém, não são os únicos fatores que determinam o uso. Isso porque foi clara a constatação de que, apenas uma parte da sua extensão territorial está sendo utilizada. Sua potencialidade para abrigar diversas atividades capazes de agradar ao mais variado público não tem sido suficientemente explorada e encontra-se com um baixo nível de freqüência.

Apenas quando são realizados eventos dentro de sua área, como o Projeto Música no Parque e atividades promovidas pelo Programa Mais Social, se tem a presença de maior número de pessoas que buscam novas e diferentes opções de lazer. Essa baixa freqüência é decorrente, principalmente, da insegurança.

Foi constatado que a falta de manutenção preventiva na infra-estrutura e nos equipamentos do parque, aliado ao baixo efetivo de policiais, influenciam na sua

degradação natural por falta de uso, uma vez que os freqüentadores utilizam apenas os equipamentos de lazer localizados próximos a praça de alimentação. Do mesmo modo, os equipamentos voltados para a realização de atividades físicas – feitos de madeira – se encontram abandonados, além de estarem localizados, assim como um dos parques infantis, no trecho mais deserto do parque.

A estrutura sanitária do parque se encontra em bom estado de conservação e limpeza. O parque não mantém grau de sujeira elevado nas partes em que os freqüentadores costumam ficar – ressaltando que não é permitido, por medida de segurança, que os freqüentadores transitem por toda a extensão do parque.

Por tudo isso, é possível afirmar que uma parceria efetiva entre empresas privadas, a Prefeitura de Salvador e a comunidade vizinha poderia vir a promover não apenas uma nova revitalização para o parque, mas também ampliaria a opção de lazer gratuito ganhando a preferência de freqüentadores que residem próximo por oferecer uma grande área para a prática de diversas atividades, além de atrair residentes de outras localidades de Salvador e turistas.

A possibilidade da inclusão do parque no roteiro do Salvador Bus, apresentada pela subgerente, mostra que já existe uma percepção, ainda que superficial, sobre o potencial turístico do parque e como a atividade turística pode ser uma importante ferramenta na preservação do parque e na manutenção da freqüência constante de usuários.

Assim, espera-se que este estudo venha a contribuir para a implementação de melhoria no parque e uma maior conscientização sobre sua importância não apenas no quesito ambiental, mas, especialmente, na questão da valorização do lazer para as comunidades do entorno do parque. Possibilitando a realização de novos estudos e projetos que fortaleçam a função do parque como espaço público que garante o direito ao lazer.

REFERÊNCIAS

A TARDE, Jornal. **Vai ser desapropriada a área para o Parque da Cidade.** 03/02/1972.

A TARDE, Jornal. Maiza de Andrade. **AMBIENTE:** O dono da área, Joventino Silva, quitou dívida cedendo 264 mil m² para a criação do Parque da Cidade. 02/08/2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Ementa constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Artigo 6º da Constituição Federal. Brasília: Gráfica do Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 3 de março de 2010.

CADERNO 2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS. **Projeto Música no Parque.** [2006] Disponível em: <<http://www.caderno2.com.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2009.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O Que é Lazer?** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras:** seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; PEIXOTO, Mônica Campolina Diniz. **Dinâmica imobiliária e regulação ambiental:** uma discussão a partir do eixo-sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 24, n. 02, p.317-336, 2007. Jul./dez.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo.** São Paulo: Atlas, 2003.

ECOPLAM. **Intervenção no Parque Joventino Silva: estudo preliminar de impacto ambiental,** Salvador (Ba). Prefeitura Municipal de Salvador.1999.

FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos Positivos Gerados pelos Parques Urbanos:** O Caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada a Universidade Federal Fluminense, 2005.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Ocorrência Histórica. In: GOMES, Christianne Luce (org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 2002.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carsons L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MAIS SOCIAL. **O que é o Mais Social?** [2007?] Disponível em: <http://www.maissocial.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=89>. Acesso em: 02 de dezembro de 2009.

MAIS SOCIAL. **Programas**. [2007?] Disponível em: <http://www.maissocial.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=80&Itemid=71>. Acesso em: 02 de dezembro de 2009.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo (EdUSP), 2003.

MACEDO, Silvio Soares. Os espaços livres de edificações e o desenho da paisagem urbana. In: TURKIENIEZ, Banamy; MALTA, Maurício (orgs). **Desenho Urbano – Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil**. Rio de Janeiro, FINEP, 1986.

MELAZO, Guilherme Coelho; COLESANTI, Marlene. **Parques Urbanos: Importantes “espaços verdes” na dinâmica ambiental das cidades**. Artigo apresentado no II Simpósio Regional de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. Barueri – SP: Manole, 2003.

MILONE, Mario Cesar de Mattos; MILONE, Paulo Cesar. Perspectivas do Turismo no terceiro milênio. In: LAGE, Beatriz Helena Geas; MILONE, Paulo Cesar. (orgs) **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 353 – 372.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. 4 ed. Ver. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. Traduzido por Dolores Martín Rodríguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

RAMOS, Paula Daiana Ribeiro. **Revitalização de Praças Históricas: o caso do Passeio Público da Cidade de Salvador**. Monografia apresentada ao curso de Urbanismo na Universidade do Estado da Bahia, 2008.

RIBEIRO, Renata Maria. **Planejamento Urbano, Espaços Públicos de Lazer e Turismo no Bairro Uberaba em Curitiba – PR**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, 2005.

SALVADOR. **Parque da Cidade**. 1990.

SALVADOR. **Atlas Ambiental Infanto-Juvenil**. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Superintendência do Meio Ambiente, 2006.

SALVADOR. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. 2008.

SANTOS, Clézio. **Turismo e Museus: pela valorização do patrimônio e da museologia**. Revista Patrimônio: Lazer & Turismo. Santos, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=76>> Acesso em: 02 de março de 2010.

SCALISE, Walnyce. **Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso**. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v4, n. 1, p17-24, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2009.

SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. **O planejamento regional**. Salvador, Gráfica Universitária do Centro Editorial e Didático da UFBA, 1983.

SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. **O estudo da percepção em espaços urbanos preservados**. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Ministério de Ciência e Tecnologia, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA, de Parque e Jardins. **Reforma do Parque Joventino Silva**. Disponível em: <<http://spj.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1998a.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 2 ed. rev. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998b.

WERNECK, Christianne. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À CADERNO 2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE O PROJETO ‘MÚSICA NO PARQUE

DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome:
2. Empresa:
3. Função:

1. SOBRE O PROJETO EM GERAL

- a. Quando e como surgiu o projeto?
- b. Qual é o principal objetivo?
- c. Qual é o principal público alvo?
- d. Como e onde se promove e divulga?
- e. Quem organiza?
 - i. quais instituições públicas ou privadas?
 - ii. qual o papel de cada uma no projeto?
- f. Existe alguma relação entre o projeto e a promoção do Turismo?

2. SOBRE O FUNCIONAMENTO

- a. Quando acontece?
- b. Com que regularidade?
- c. Qual o período do ano que tem mais atividade?
- d. Tem alguma época de recesso? Por quê?

3. SOBRE O LOCAL

- a. O que motivou a escolha do Parque Joventino Silva para a realização do projeto?
- b. Como se adaptou o projeto ao espaço do parque?
- c. Que mudanças tiveram que fazer na estrutura do parque?

- d. Que empecilhos (limitações) e/ou benefícios foram encontrados na área do parque para o projeto?
- e. Qual a repercussão ou transformação da área (uso e organização do espaço) do parque em decorrência do projeto?

4. SOBRE OS RESULTADOS

- a. Tem-se realizado alguma pesquisa de avaliação do projeto? Quantas? Com que frequência?
- b. Tem-se identificado o tipo do público que frequenta?
- c. Tem-se avaliado a receptividade?
- d. Quais são as principais modalidades de atração até agora apresentadas?
- e. Como são escolhidas as atrações?
- f. Existe relação entre a atração e o público alvo?
- g. De que modo o público opina sobre as atrações que possam vir a se apresentar?

5. SOBRE O PÚBLICO PARTICIPANTE

- a. Quais têm sido os principais freqüentadores das apresentações ou participantes dos shows?
- b. Como se dá a participação dos moradores dos bairros vizinhos?
- c. Como se evidencia a participação de moradores de outras áreas da cidade?
- d. Tem-se identificado freqüentadores turistas?

6. SOBRE A COMUNIDADE VIZINHA

- a. Quais os impactos que, para você, o projeto traz para a comunidade local?

7. SOBRE A PROJEÇÃO TURÍSTICA DO PROJETO

- a. Quais ações desenvolvidas pelo projeto diretamente relacionadas com a promoção do turismo em Salvador?
- b. Qual a importância da promoção do turismo para o projeto?
- c. Qual a contribuição do projeto para a promoção do turismo?

- d. Como o projeto poderia incentivar melhor a presença de turistas da área?
- e. Como a presença de turistas poderia promover e ampliar o projeto?
- f. Com quais entidades poderia fazer parceria pra tanto?

8. SOBRE A PROJEÇÃO GERAL DO PROJETO

- a. Qual a continuidade que terá o projeto? O que deve ser melhorado?
- b. O que se busca acrescentar ou retirar do projeto a curto prazo?
- c. Que mudanças estão programadas para o projeto a médio e longo prazo?
- d. Pretende-se ampliar o projeto a outras áreas da cidade? Qual seria a dinâmica?

9. OUTROS DADOS E DOCUMENTOS QUE PODEM COMPLEMENTAR AS INFORMAÇÕES DO PROJETO E/OU PARQUE?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTORA DO PARQUE JOENTINO SILVA

ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE A GESTÃO DO PARQUE DA CIDADE

DADOS DO ENTREVISTADO

4. Nome:
5. Empresa:
6. Função:

SOBRE O PARQUE

- a) Qual o horário de funcionamento?
- b) Qual o período do ano que tem mais atividade?
- c) Quais as principais atividades realizadas no parque?
- d) Que empresas ou grupos de pessoas costumam solicitar a área do parque para alguma atividade? Que tipo de atividades?

SOBRE A GESTÃO

- a) Quando iniciou a atual gestão?
- b) Que princípios servem de base para gerir o parque?
- c) Qual o principal objetivo da atual gestão sobre o parque?
- d) Existe plano de manejo do parque? Tem projeto para a criação?
- e) Existe algum projeto para implementar as atividades no parque?
- f) Há alguma forma de controle para saber o número médio de frequentadores?
- g) Existe alguma parceria da SPJ com outros órgãos da prefeitura para realização de projetos/eventos no parque?
- h) Quais fatores, para a gestão, interferem na escolha do parque para a realização de atividades?

SOBRE A ESTRUTURA E INFRA-ESTRUTURA DO PARQUE

- a) Como é feita a manutenção da estrutura do parque? E dos equipamentos?
- b) Qual a frequência dessa manutenção?
- c) Como é feita a segurança patrimonial e dos frequentadores? É suficiente?
- d) Qual a frequência de limpeza das áreas sociais (banheiros, praça de alimentação)?
- e) Existe algum projeto de revitalização para as quadras localizadas no “miolo” do parque, que atualmente, não são utilizadas por frequentadores?
- f) A presença da comunidade de Santa Cruz interfere na conservação do parque?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À COMPANHIA DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE A GESTÃO DO PARQUE DA CIDADE

DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome:
2. Empresa:
3. Função:

SOBRE A SEGURANÇA DO PARQUE

- a) Há quanto tempo a Companhia faz a segurança do Parque do Cidade?
- b) Quais as principais dificuldades encontradas?
- c) Existe um plano de manejo para o parque?
- d) A existência, ou não, do plano interfere no planejamento e execução da segurança do parque?
- e) O que poderia ser feito para melhorar a segurança dos frequentadores?